



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
DEPARTAMENTO DE TEORIA E PLANEJAMENTO DE ENSINO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**THAÍS RIBEIRO DOS SANTOS**

**PRECONCEITO, INDIVÍDUO E CULTURA: REFLEXÕES SOBRE O  
PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES  
COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

**SEROPÉDICA  
2011**



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
DEPARTAMENTO DE TEORIA E PLANEJAMENTO DE ENSINO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**THAÍS RIBEIRO DOS SANTOS**

**PRECONCEITO, INDIVÍDUO E CULTURA: REFLEXÕES SOBRE O  
PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES  
COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro como requisito essencial para obtenção do Grau de Licenciado em Pedagogia.

**ORIENTADOR: Prof. Dr. Allan Rocha Damasceno**

SEROPÉDICA  
JUNHO/ 2011

**THAÍS RIBEIRO DOS SANTOS**

**INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA  
ESCOLA PÚBLICA REGULAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro como requisito essencial para obtenção do Grau de Licenciado em Pedagogia.

Aprovada em: Junho de 2011

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Allan Rocha Damasceno - Orientador  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lana Cláudia de Sousa Fonseca - Membro  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Liliane Barreira Sanchez - Membro  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Seropédica  
2011

## DEDICATÓRIA

*Aos meus pais;  
Evandro e Maurina, que nunca mediram  
esforços para a realização dos meus  
sonhos e que estão sempre ao  
meu lado, seja qual for à  
circunstância.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por estar comigo em todos os momentos de minha vida, pois sem ele nada seria possível.

Aos meus pais, Branca e Vando, que me acompanham com toda paciência e compreensão desde os meus primeiros passos e até hoje com a mesma doçura de sempre me oferecem as palavras certas de força e superação para a concretização de todas as minhas conquistas. Tenham certeza que vocês estão cumprindo a missão que Deus lhe enviou de verdadeiro porto seguro. Sinto-me privilegiada de poder usufruir de seus conselhos e de ser parte de tudo o que vocês representam a mim. Pai e Mãe muito obrigada pelo amor incondicional e pela imensa dedicação. Eu amo vocês.

Ao Dêgo, meu querido irmão, que mesmo sem perceber colaborou com momentos de distração diante há tantos outros de angústia. Pelas horas cedidas no computador, pela sua amizade, pelas nossas provocações de irmãos, e pelo grandioso carinho que mesmo não muito falado é demonstrado.

Ao meu avô Moisés e minha avó Benedita sem os quais o sonho de ser universitária não teria sido conquistado e também pelo carinho que me proporcionaram desde sempre. Obrigada ainda por toda colaboração financeira que me possibilitaram. Minha eterna admiração e agradecimento.

Ao Allan Luiz, Ana Beatriz e Maria Clara, meus irmãos do coração, que me proporcionam tantos momentos de alegria, e que com a espontaneidade de crianças, me fazem esquecer os problemas da idade adulta. Tize, Kaia e Bebezão o meu carinho por vocês não tem tamanho!

Ao meu companheiro Felipe por estar ao meu lado nos momentos mais complicados, me compreendendo e incentivando com toda paciência no decorrer deste trabalho. Pelo respeito, por me ouvir e por me acalmar nos momentos em que o desespero tomava conta de tudo, sabendo relevar e aceitar as crises. Obrigada por ser especial em minha vida

As minhas amigas/irmãs que vivenciaram as experiências acadêmicas ao meu lado, e que me aturaram durante quatro anos. As quais foram às melhores companheiras em tantos momentos conflituosos, como também nos mais divertidos. Só nós sabemos como fomos felizes durante este tempo. Levarei a nossa amizade para além dos limites geográficos da universidade. Obrigada Carol e Márcia.

A Denise Vasconcellos uma amiga enviada dos céus que com toda sua dedicação me acolheu por muitas vezes em sua casa, tornando esta dura jornada mais agradável.

Ao meu orientador Allan Damasceno por acreditar em meu potencial e demonstrar isso em suas palavras durante a construção deste trabalho e por oferecer a sua imensa e importantíssima colaboração. Com você foi possível reconhecer o verdadeiro significado da diversidade e sou eternamente grata por isso.

A instituição de ensino que permitiu a realização pesquisa e as professoras participantes na concretização dos questionários, obrigada pelo apoio.

A todos os professores da minha vida acadêmica que contribuíram com um diversificado saber cultural e que contribuíram a minha formação. Em especial a professora Helena Vasconcellos e Ana Crepaldi Chiquieri, as quais se dedicaram profundamente e não pouparam os esforços para que o curso fosse o melhor possível.

Aos meus amigos que me ouviram pacientemente e não desligaram o telefone quando o assunto era somente o estudo, e que me fizeram através das lágrimas de desespero abrir singelos sorrisos influenciados pela alegria que embala nossa amizade por anos. Em especial: Silvia Simeão, Bárbara Costa, William Aguiar e Wanderson .

A toda família Canaã por contribuir através de muito estudo e amizade, nesta conquista de fazer parte de uma universidade, e que torceram demasiadamente para o alcance de meu sucesso.

A todos que colaboraram neste trabalho. Meus sinceros agradecimentos e um grande beijo!

*"Recuso-me a ser considerada excepcional, deficiente. Não sou. Sou surda.  
Para mim, a língua de sinais corresponde à minha voz,  
meus olhos são meus ouvidos. Sinceramente nada  
me falta. É a sociedade que me  
torna excepcional".*

**Emmanuelle Laborrit**

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo caracterizar se no processo de inclusão dos estudantes com necessidades especiais o preconceito com os mesmos se faz presente. Durante longos períodos constatamos um modelo de educação que segregavam os considerados incapazes, e negavam a estes estudantes a oportunidade de conviver com os que não possuíam tais necessidades. A educação atualmente ainda encontra-se influenciada por tal perspectiva histórica, reveladas através das diversas atitudes preconceituosas, que podem ser construídas a partir das imposições e padrões determinados pela sociedade, resultando em uma difícil inclusão destes estudantes. Há que se refletir sobre uma nova prática da educação inclusiva nas instituições de ensino, no que se refere à estrutura e modelos curriculares, além de também considerar a importância desta para a construção de cidadãos conscientes e respeitadores quanto às diferenças, de forma que possamos minimizar as atitudes discriminatórias na sociedade. Crochik e Costa fundamentam teoricamente este trabalho. E nossa concepção metodológica trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório, que nos permite abranger mais detalhadamente a questão da presença do preconceito nas salas de aula inclusivas, já que procuramos evidenciar não quantidade de indivíduos preconceituosos, mas sim identificar e caracterizar as atitudes discriminatórias que possam nelas existir. Utilizamos um questionário aplicado às docentes para expor tais pressupostos além de um diário de campo construído pela própria autora, uma vez que vivenciou experiências neste ambiente como estagiária. Para a análise dos resultados comparamos tais informações e verificamos que o preconceito e a discriminação ainda são uma realidade nas classes inclusivas. Mesmo com receio as professoras deixam em evidência alguns conceitos e opiniões que não atendem aos princípios deste modelo educacional e apresentam práticas que revelam o estabelecimento do preconceito na inclusão dos estudantes com necessidades especiais. E ainda problematizam a falta de preparo nas instituições de ensino e na formação dos professores, como indicadores que também influenciam para a indiferença ainda presente com a inclusão. E com as considerações finais poderemos refletir como uma proposta de ensino inclusiva poderá contribuir para a construção de indivíduos, que através do convívio com a diversidade, minimizem possíveis predisposição ao preconceito e as atitudes discriminatórias.

**PALAVRA-CHAVE: Preconceito; Necessidades educacionais; Diversidade.**



## ABSTRACT

This study aims to characterize the process of inclusion of students with special needs with the same bias is present. For long periods we see a model of education that segregate those considered disabled, and denied these students the opportunity to socialize with those who did not have such needs. Education today is still influenced by such historical perspective, revealed through the various biased attitudes, which can be constructed from the constraints and standards determined by society, resulting in a difficult inclusion of these students. One has to wonder about a new practice of inclusive education in educational institutions, as regards the structure and curriculum models, and also consider the importance of this to build as many people aware and respectful of the differences, so that we can minimize discriminatory attitudes in society. Costa Crochík and theoretically grounded this work. And our design methodology it is an exploratory qualitative research, which allows us to cover in more detail the question of the presence of prejudice in inclusive classrooms, as we seek to show number of individuals not prejudiced, but to identify and characterize the attitudes discrimination that may exist in them. We used a questionnaire to teachers to expose these assumptions and a daily course built by the author herself, as experienced in this environment experience as an intern. For the analysis of such information and compare results we find that prejudice and discrimination are still a reality in inclusive classes. Even the teachers leave for fear highlighted some concepts and opinions that do not meet the principles of this educational model and have established practices that reveal the bias in the inclusion of students with special needs. And still question the lack of preparation in educational institutions and training of teachers, as indicators that influence is still present to the indifference with inclusão.E with the concluding remarks may reflect how a proposed inclusive education can contribute to the construction of individuals, who through living with diversity, a predisposition to minimize possible prejudice and discriminatory attitudes.

**KEYWORD:** Preconception; Educational Needs; Diversity.

**LISTA DE ANEXOS**

<i>Nº</i>	<i>ANEXOS</i>	<i>Páginas</i>
<b>1</b>	<b>Questionários utilizados para a coleta de informações dos sujeitos participantes do estudo</b>	<b>78</b>
<b>2</b>	<b>Declaração das pessoas com deficiência</b>	<b>82</b>
<b>3</b>	<b>Reportagem - Jornal O Globo de 7 de maio de 2010.</b>	<b>86</b>

## SUMÁRIO

RESUMO .....	08
<b>CAPÍTULO 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS: PRECONCEITO NA SOCIEDADE CONTEMPORANEA</b> .....	11
APRESENTAÇÃO.....	11
1.1 OBJETO DE ESTUDO: O PRECONCEITO NA ESCOLA .....	21
1.2 PROBLEMA DE ESTUDO: PENSANDO O PRECONCEITO COMO OBSTÁCULO/IMPEDIMENTO PARA A ESCOLA DEMOCRÁTICA .....	23
1.3 OBJETIVO E QUESTÕES DE ESTUDO .....	24
<b>CAPÍTULO 2. PRECONCEITO, INDIVÍDUO E CULTURA</b> .....	27
2.1 O CONCEITO DE PRECONCEITO .....	27
2.2 O PRECONCEITO EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA .....	30
2.3 ESTEREOTIPO: MANIFESTAÇÃO DO PRECONCEITO? .....	35
2.4 IDENTIDADE, INTOLERÂNCIA E DIFERENÇAS NO ESPAÇO ESCOLAR: QUESTÕES PARA DEBATE .....	37
2.5 INCLUSÃO ESCOLAR: COMBATENDO O PRECONCEITO NA ESCOLA .....	39
<b>CAPÍTULO 3. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A DEMOCRATIZAÇÃO NA ESCOLA</b> .....	43
3.1 DEBATENDO O PRECONCEITO NA ESCOLA CONTEMPORANEA .....	49
3.2 PRECONCEITO EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, O QUE A MÍDIA VEM DIVULGANDO? ....	53
<b>CAPÍTULO 4. PRECONCEITO NA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA: UM ESTUDO DE CASO</b> .....	56
4.1 A PESQUISA .....	57
4.1.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA E DOS SUJEITOS DA PESQUISA .....	58
4.1.2 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA .....	59
4.2 NARRATIVAS DE UMA EXPERIÊNCIA DOCENTE: A INCLUSÃO ESCOLAR NA E. M. LIMA .....	60
4.3 CONSTRUINDO CENÁRIOS: ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA .....	62
4.4 ESTABELECENDO RELAÇÕES: AS NARRATIVAS DOS PROFESSORES FRENTE AO CENÁRIO DA PESQUISA .....	70
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: A EDUCAÇÃO PARA A SUPERAÇÃO DO PRECONCEITO EXCLUDENTE</b> .....	73
REFERÊNCIAL BIBLIOGRÁFICO .....	75
ANEXO 1 .....	78
ANEXO 2 .....	82
ANEXO 3 .....	86

## **CAPÍTULO 1:**

### **Considerações iniciais: preconceito na sociedade contemporânea**

#### **Apresentação**

O indivíduo desde o momento que nasce se depara com um mundo já pronto, e parece ter que se adequar ao que a ele é imposto. Porém, se contrapondo a isto, se afirma que o ser humano nasce livre e tem direito as suas próprias opiniões. Ora, se por um lado o mundo já está pronto, como se pode dizer que temos liberdade em nossas escolhas? Quando falamos em liberdade, pensamos em direito de tomar suas próprias decisões. Porém, parece que nossa liberdade é controlada, pois a partir do momento em que se tenta ir contra ao que se é tido como “correto”, o indivíduo é julgado com justificativas, em geral, sem fundamentos, que se baseiam apenas em padrões pré-estabelecidos.

Os padrões a que nos referimos são construídos pela sociedade, onde o indivíduo entra em contato no seu processo de socialização, e são responsáveis pela formação do indivíduo preconceituoso. Crochík (1995) ao falar sobre o processo de socialização confirma que “aquilo que permite o indivíduo a se constituir é também responsável por ele desenvolver ou não preconceitos”. Assim, é no processo de socialização e nos conflitos do dia-a-dia que a manifestação do preconceito poderá surgir.

Se por um instante o estranhamento pode ser visto como uma variação de culturas, por outro lado, o mesmo torna-se algumas vezes algo ruim, e o indivíduo pode sofrer exclusão e humilhações. É este último aspecto que destacamos como elemento central deste estudo, onde a diferença é vista como a causa de hierarquizações, constrangimentos, confusões, violência, e mais recentemente com diversos exemplos na mídia, causa de várias mortes. Falamos do preconceito!

Não é incomum e está bem diante dos nossos olhos situações que revelam manifestações do preconceito, seja na rua, nos ambientes escolares, nos locais de trabalho e até mesmo em casa. A partir do momento que convivemos com outras pessoas, com a sociedade em geral, não estamos imunes a sofrer e praticar preconceitos. Qualquer gesto ou escolha diferente da hegemônica/maioria pode provocar/gerar ações de intolerância.

Pensar e entender como surgiu o preconceito é algo tão complexo quanto encontrar maneiras de combatê-lo. Parece ser impossível, no momento histórico em que

vivemos, com tantas guerras por disputa de territórios, de desastres naturais em decorrência do egoísmo humano, de um mundo cada vez mais movimentado pelas novas tecnologias, de uma mídia que controla “as massas”, refletir sobre o que pensamos, sentimos e desejamos. A lógica da contemporaneidade é do aligeiramento, exatamente para dificultar o desenvolvimento de experiências formativas que nos humanizem.

Com isto, hoje em dia é mais fácil aceitar ser o que não se é, aderindo a padrões e modelos impostos socialmente, do que ser quem realmente somos e ousar afirmar características diferentes das tomadas como padrão, atraindo os olhares do escárnio, cruéis e preconceituosos, que são capazes de ferir e desumanizar.

Sem perceber, muitas vezes temos atitudes de preconceito com nós mesmos. Quando mudamos nossa aparência ou alguma característica de nossa personalidade para agradar os outros, afirmamos que não nos sentimos bem em sermos o que somos e o que podemos ser, pois a partir do momento que aniquilamos nossa subjetividade, nos travestindo daquilo que os padrões nos imputam enquanto modo de ser/estar no mundo, em alguma medida estamos sendo preconceituosos.

O preconceito não é um fenômeno que se localiza somente no indivíduo, mas também na sociedade. Crochík (1995, p.62) diz que conceituar o preconceito se torna complexo, justamente por ser resultante dos conflitos existentes em cada uma das esferas da realidade, a social e individual.

[...] No conflito social, manifesto na esfera da cultura, entre a luta contra a natureza necessária para a autoconservação e a regulamentação para o convívio social; no conflito individual entre os desejos do indivíduo e a possibilidade de sua realização.

Assim, o ser social, que é humano, é resultado das influências da sociedade, nessa complexa trama de conflitos. Por isso, quando a experiência de convívio entre/com as diferenças é abortada, causa estranhamento/rejeição ao outro que é negado. Crochík ainda afirma (1995, p.18):

O agir sem reflexão, de forma aparentemente imediata perante alguém marca o preconceito. O preconceito é a *priori* uma reação congelada, que o assemelha a reação de paralisia momentânea que temos frente a um perigo real ou imaginário.

Diante disto, o ato irracional que marca o preconceito pode levar o indivíduo a ter os mais diferentes comportamentos perante aquele que lhe causa estranhamento. Quando um sujeito reduz à humanidade de uma pessoa a característica que lhe causou o estranhamento, como se o indivíduo fosse dotado somente deste predicado, neste momento se materializa o preconceito. Estas características são dadas por estereótipos, e proporcionados pela cultura, da qual o indivíduo preconceituoso se apropria, fortalecendo o ato do preconceito, e servindo como forma de justificar suas atitudes errôneas, como nos relata Crochík (1995, p. 26):

[...] os estereótipos são produzidos e fomentados por uma cultura, que pede por definições precisas, através de suas diversas agências: família, escola, meios de comunicação de massa, etc, nas quais a dúvida como inimiga da ação deve ser eliminada do pensamento e a certeza perante a eficácia da ação deve tomar o lugar da verdade que aquela ação aponta: o controle, quer o da natureza, quer o dos homens, para melhor administrá-los.

Ou seja, os estereótipos criam modelos/definições/regras a serem seguidas e que as pessoas precisam se adaptar plenamente se não quiserem se tornar vítimas do preconceito. A estereotipia do pensamento cria uma realidade diferente da que vivemos, e que tenta normatizar tudo/todos, como se fossemos iguais, com o objetivo de dominar e controlar aqueles que se submetem a sua égide.

Neste sentido, é compreensível a quantidade de pessoas que manifestam o preconceito, pois como nos afirma Crochík (1995, p.30) quanto mais tentamos nos distinguir dos que são diferentes, mas protegidos estamos dos possíveis atos hostis e de discriminação que possam surgir. Ao mesmo tempo, que o preconceituoso discrimina, na verdade ela está se defendendo do que ele mesmo não consegue entender e aceitar, ou seja, por não saber lidar com sua própria fragilidade utiliza deste ato.

É realmente complicado de entender as relações humanas, pois além de toda essa complexidade que envolve o tema, destaca-se a fragilidade do ego de pessoas que não admitem a possibilidade de não estarem imunes ao preconceito. Lembro-me de situações que pude presenciar de indivíduos afirmando que não eram preconceituosos e que tinham atitudes que afirmavam exatamente o contrário. O preconceito, independente da situação/contexto/cenário, não é algo bom, pois fere e inferioriza o seu alvo, negando/alienando sua humanidade.

Por outro lado, existem pessoas que não se submetem as atitudes preconceituosas e reagem violentamente. Quantos casos são tornados públicos de

peças que por se sentirem ameaçadas e humilhadas reagem violentamente, utilizando armas de fogo e fazendo até ameaças de morte. O ato violento, nestes casos, pode ser entendido como reflexo da violência que é imputada pelo preconceituoso àquele que é o alvo de seu preconceito.

É importante salientar que o fenômeno do preconceito, oriundo da sociedade e cultura, também é determinado por fatores psicológicos. Crochík (1995, p.15) afirma que “[...] embora o preconceito seja um fenômeno psicológico, aquilo que leva o indivíduo a ser preconceituoso ou não, pode ser encontrado no seu processo e socialização”.

Assim, os fatores psicológicos e sociais são responsáveis pela formação do indivíduo enquanto ser humano e, por conseguinte, pelo mesmo ter predisposição a desenvolver atitudes preconceituosas. E mesmo considerando a atitude como sendo algo individual, ela **é** se constitui no cenário de socialização do indivíduo.

Podemos afirmar, com base na afirmativa de Crochík, que as experiências do indivíduo, desde a tenra idade/infância, podem ser determinantes na inclinação/tendência no desenvolvimento do preconceito. A forma preconceituosa do indivíduo agir, pode se caracterizar nas mais diferentes maneiras e com diversos graus, mas as justificativas para agirem de tal forma sempre se relacionam.

As formas de manifestação das atitudes preconceituosas são diversas, porém suas causas geralmente são por motivos parecidos. Uma infância, por exemplo, envolvida por uma educação autoritária pode favorecer o desenvolvimento de uma personalidade mais propensa ao preconceito, porém o fato da ausência deste autoritarismo não elimina a possibilidade de existência do mesmo, como relata Crochík (1995).

Precisamos de esclarecimento sobre a questão do preconceito, pois só assim será possível enfrentá-lo e resistir a sua manutenção. Esclarecimento este que contemple a compreensão da pluralidade humana, objetivando o respeito como condição básica das relações humanas, e reduzindo, quiçá eliminando, todas as formas de discriminação.

É preciso respeitar as pessoas e suas diferenças. Preconceito no Brasil é crime! De acordo com a lei federal nº. 7.716, de 5 de Janeiro de 1989, a pessoa que for condenada por esse tipo de delito, deverá cumprir pena sem direito a fiança. A determinada lei proíbe que qualquer tipo de discriminação, como citado no artigo a seguir:

Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Ratifica no art. 20, § 2º, que também é crime qualquer tipo de discriminação que ocorra através de mídias ou publicações, seja ela de qualquer natureza, podendo receber multas ou reclusão.

Porém, existe um fosso entre a garantia e a implementação dos dispositivos legais no Brasil. É comum nos depararmos com situações onde vítimas do preconceito preferem se calar a denunciar seus algozes. As causas principais da omissão das denúncias passam pela vergonha dos que são alvo do preconceito, na impunidade que assola o país em relação a crimes desta natureza e, principalmente, por se sentirem ameaçadas e desprotegidas pelo Poder Público que garante, mas não efetiva a segurança para as vítimas.

Nos mais variados espaços socializadores, convivemos com uma diversidade de pessoas, o que oportuniza não só uma variedade cultural como potencialmente os mais diversos tipos de preconceitos. A escola, por exemplo, é um destes ambientes. Por reunir indivíduos que possuem características diferentes dentro de um mesmo espaço, se torna um ambiente fértil para “estranhamentos” entre as diferenças ali materializadas. Ela, por sua vez, poderia se beneficiar dessas diferenças criando um espaço pedagógico e educacional enriquecido pelas diferenças humanas, não aceitando a padronização dos métodos de ensino que visam uma “igualdade indiferenciada” (Crochik, 1995), mas se constituindo numa ambiência potencializada pelas diferentes leituras, compreensões e aprendizagens.

Quando não há o respeito pela diversidade, e somente se aceita os padrões estabelecidos pela sociedade, à formação cultural do indivíduo se fragiliza. E de acordo com Crochik (1995, p.173) se constitui a pseudoformação:

A pseudoformação, inimiga de qualquer formação, se expressa na superficialidade com a qual os dados da cultura são apresentados e incorporados. Do lado da cultura, isto significa a sua banalização, do lado do indivíduo, o seu enfraquecimento. Ele incorpora diversas informações para estar “ao par” e não ser tomado como ignorante [...].



Pensada desta forma, a formação do indivíduo é reduzida e não reconhecida como condição necessária para a construção de indivíduos livre pensantes, autônomos. O pensar e refletir se fragilizam, afinal é mais fácil de aprender o que está posto/imposto do que resistir. Assim, cria-se uma realidade deturpada e irracional em que os indivíduos recebem só o que lhes é transmitido, assumindo uma postura irreflexiva e passiva diante desse cenário.

E ainda, Crochík (1995 p.177) declara que “[...] Se a realidade é iludida, o indivíduo encontra dificuldades de perceber o que deve enfrentar para tornar-se melhor do que é”. Sem a devida reflexão sobre as questões do dia-a-dia, o sujeito somente aceita e reproduz aquilo que lhe foi passado, reduzindo a sua percepção sobre a realidade e favorecendo o desenvolvimento de atitudes discriminatórias/ /preconceituosas.

A família, como uma instância socializadora, deveria educar seus filhos levando em consideração a realidade do mundo vivencial, um mundo plural marcado pelas diferenças humanas, os ajudando a refletir quando encontre algo que não lhe é familiar, por conseguinte, resistindo ao desenvolvimento de preconceitos. Caso esta orientação não aconteça, a família também poderá se tornar uma grande incentivadora de indivíduos predispostos ao preconceito, como afirma Crochik (1995).

Segundo o mesmo autor, não é somente pelo que foi citado que o indivíduo poderá se tornar preconceituoso. A questão da modificação da estrutura familiar e do enfraquecimento da autoridade paterna para uma autoridade social mais abstrata também enfraqueceu a formação do indivíduo, tornando-o mais propício a desenvolver atitudes de preconceito.

Ainda em relação a família, Crochik destaca que (1995, p.180) “[...] Com o enfraquecimento da família, ou ao menos às mudanças que lhe acometeram, o próprio poder paterno – a autoridade familiar- se enfraqueceu, naquilo que tinha de ruim e de bom”. Não se eliminou a autoridade paterna, mas se tornou cada vez mais abstrata e frágil. É importante salientar que Crochik (1995) ressalta, que de forma alguma está querendo fazer uma apologia a família patriarcal, o que somente quer se mostrar é como essa mudança acarretou contradições e superações no desenrolar histórico.

E afirma ainda sobre a crise familiar e da educação, Crochik (1995, p.187) que:

[...] a crise do indivíduo, da família, da educação dizem respeito à crise social. Uma crise que se caracteriza pelo conflito entre

tendências progressivas e regressivas; são as formas que o indivíduo, a família e a educação assumiram no século passado que tiveram o seu desenvolvimento obstado e, das quais restam na atualidade, a sua aparência ideológica, uma vez que são obrigados a se adaptar aos novos tempos.

Assim, é possível que se perceba que essa adaptação aos novos tempos é um processo nada fácil, pois carrega consigo ideológicas referências do passado, ainda observadas na atualidade. As consequências da manutenção desse ideário são diversas, como por exemplo, a dificuldade de reflexão/conscientização sobre o outro que não é “comum”, ou seja, aquele que afirma sua diferença fugindo dos padrões, abrindo as “portas” à frieza do preconceito.

Tais atos de preconceito podem, por algumas vezes, parecerem inconscientes, pois foram naturalizados pelo indivíduo. Quando se permite pensar sobre tal ação pode se sentir constrangido, e se não elabora o conceito sobre o alvo do seu preconceito, pode lançar mão de justificativas que desfocam o debate e reafirmam sua atitude discriminatória, como por exemplo, a recorrente fala de que “todo mundo faz assim”, que se apóia em uma outra atitude, de mesma natureza, para justificar a anterior.

Ante o que problematizamos até aqui compreendemos que o ser humano não está imune ao desenvolvimento de preconceitos, que podem ser observados no dia-a-dia como uma forma de adaptação para a sobrevivência, mesmo que numa dimensão psíquica não compreendida pelo indivíduo preconceituoso. Para ele o possível é uma falsa concepção da existência da livre escolha, pois está atrelada a concepções/conceitos/ideias prontas, ou seja, é o direito de escolher aquilo que já foi escolhido e deve somente ser reproduzido.

Crochik (1995, p.23) afirma com relação as vítimas do preconceito que “[...] independente das inúmeras características que a pessoa vítima do preconceito possua, a que passa a caracterizá-la é o termo que designa o preconceito”. O indivíduo da cor negra, por exemplo, muitas vezes é chamado de “preto”, “tiziú”, como se o mesmo não tivesse um nome, ou ainda não possuísse outras características, sendo reduzida a sua humanidade a “marca” que o inferioriza.

Esta inferiorização, acontece no momento em que os indivíduos preconceituosos utilizam-se de pré-conceitos formados para determinar o que é bom e o que é mau em sua vítima.

Este autor, ainda afirma (1995, p.37) que o pré-conceito diz respeito tanto das percepções já formuladas na mente do indivíduo, como também, “quanto as

necessidades emocionais existentes antes da nova experiência”. Ou seja, os pré-conceitos estão atrelados tanto ao que já está inculcado em nossas mentes - o agir, como também aquilo que é novo e ainda vai ser refletido - o pensar. Com isto, o indivíduo preconceituoso utiliza também o pré-conceito para dar ênfase as suas atitudes discriminatórias. Ou seja, os “pré-conceitos” que se manifestam nas experiências do cotidiano, promovem à injustiça e à discriminação, e conseqüentemente, promovem as metamórficas formas de preconceito.

Por mais primitivo que o preconceito pareça ele é realidade. A ousadia de ser diferente do padrão é algo desafiador e que provoca os mais diversos tipos de discriminação. E na perspectiva do preconceituoso, ser diferente na sociedade contemporânea é sinônimo de incapacidade, desprestígio e exclusão! Desta forma é urgente que ressignifiquemos para os indivíduos que as diferenças são marcas da humanidade e que representam o quão extensa é a nossa cultura.

Contudo, não podemos generalizar a sociedade e a nossa cultura como preconceituosa. Crochik (1995, p.188) analisando esta questão afirma que:

[...] não há somente o lado regressivo na cultura, o progresso contra o obscurantismo e a possibilidade de uma vida melhor são visíveis. Devemos lembrar que um dos objetivos básicos de nossa cultura é a luta contra a resignação, a luta que possibilita o homem ser dono do seu destino, e assim não aceitar as limitações humanas que estão presentes, quer nos preconceituosos, quer em alguma de suas vítimas, posto que elas não são inerentes a eles.

É fato que o movimento da sociedade civil organizada e a luta por uma sociedade mais justa teve maior expressão no final do século passado. Nesse sentido, a constituição de dispositivos legais no Brasil em consonância com a equidade de direitos invocada pelos movimentos sociais e o fortalecimento da concepção de educação que afirma a escola democrática como único espaço para escolarização dos estudantes são provas de quanto progresso foi feito em relação há tempos passados. Porém, como afirma Crochik (1995, p.188) com relação ao progresso “[...] o movimento contrário a esta tendência não é frágil [...], porém o mínimo sinal de progresso é favorável, visto que é este que porta a promessa da liberdade”.(p.189)

E falando em progresso, a atuação do professor precisa considerar o cenário instaurado na contemporaneidade. O professor atua, precipuamente, num ambiente

diverso e tem a difícil tarefa de mediar conhecimentos que garantam e efetivem essa construção plural. Reconhecer a materialidade da diversidade exige esforços, pois significa interagir com aquilo que é novo/deconhecido e precisa ser compreendido. E para que de fato isto aconteça, é necessário um trabalho em conjunto. Neste caso, de toda comunidade escolar.

Assim, professores e as escolas tem que estar abertos para estas mudanças. Mudanças estas relacionadas aos conhecimentos que são socializados/mediados na escola, tendo centralidade o papel do professor. Crochik (1995, p.209), afirma que:

A transmissão de conhecimentos e a conseqüente reflexão sobre eles não podem prescindir da presença do professor [...], mas voltada para os interesses dos alunos nela manifestados e para as suas dúvidas , que não se restringem à compreensão daquilo que é transmitido mas se voltam também para o seu significado e implicações, como porque o contato pessoal com o professor é importante para se estabelecer uma mediação entre o aluno e a cultura[...].Com isto , as modernas tecnologias de ensino devem ser utilizadas com cuidado para que aquela mediação não se perca.

A escola como espaço de formação deve/precisa promover a reflexão sobre padrões impostos pela sociedade, do ver que somos diferentes em nossas características subjetivas, mas iguais em nossa humanidade, o que as barreiras do preconceito tendem a alienar. Crochik (1995, p.189) afirma ainda que:

[...] se a forma em que a cultura dispõe os seus instrumentos para a socialização é propícia ao estabelecimento de preconceitos e, se isso implica que ela deva ser modificada para que eles cessem de existir, não cabe deixar de procurar soluções ao menos para atenuá-los e a diminuir a violência de seu exercício.

Viver em sociedade significa conviver nas/com/para as diferenças, construídas no processo de socialização dos indivíduos. É necessário que se reconheça o outro como alguém que é comum nas suas diferenças humanas, ou seja, a diferença é inerente à humanidade, somos todos diferentes! Debater questões abrangentes ao assunto é necessário para que com base na reflexão crítica haja mudanças de conceitos e valores.

O mundo muda a todo instante, e se a cada mudança continuarmos com pensamentos atrelados a padrões primitivos, ficaremos estagnados/parados. A questão é

compreender que somos diferentes por natureza e aprender que esta é a riqueza da/na/para a convivência

### **1.1. Objeto de estudo: o preconceito na escola.**

O indivíduo quando nasce não se determina como preconceituoso, pois é na sociedade que o preconceito se desenvolve, considerando que o mesmo é o produto da cultura. Crochík (1995, p.20) abordando esta questão, afirma que:

Se o preconceito não é inato, a criança pode de fato perceber que o outro é diferente dele, mas isso não impedir o seu relacionamento com ele. Contudo esta percepção é dificultada, pois é sobre forma de ameaça que o preconceito é introjetado. Ou seja, incorporamos os objetos aos quais devemos reagir preconceituosamente, através de nossas relações com pessoas das quais dependemos, e os incorporamos por medo do que aconteceria, caso assim não o fizéssemos.

É a nossa fragilidade perante o novo/diferente/desconhecido que causa atitudes preconceituosas, manifestado como forma de defesa psíquica. O preconceito pode assim surgir nas mais diferentes situações, pois aquilo que nos causa estranhamento não acontece em local e hora determinado, simplesmente acontece!

Com isto afirmamos que, a sociedade em que vivemos é formada por uma diversidade cultural revelada em diversos espaços/ambientes. E a escola, como instância social, não está imune a ser um espaço de manifestação de preconceito, por estar imersa em um contexto social que envolve realidades completamente distintas.

A “diversidade” na sociedade que rompe/foge a hegemonia dos padrões sociais, freqüentemente é alvo de discriminações e preconceitos, e a escola também reproduz tais manifestações. A educação escolar tem um importante e necessário papel de esclarecer/conscientizar seus estudantes sobre as diferenças humanas, oferecendo oportunidades aos mesmos de refletir sobre as questões sociais.

Desta maneira, na relação escola e sociedade surgem conflitos que acabam interferindo no processo educacional, pois se chocam idéias pré-concebidas com a realidade, gerando conflitos. Conflitos esses que se manifestam nas atitudes do indivíduo.

Assim, quando algo estranho/incomum/não familiar nos é apresentado (alvo), é comum que a primeira reação seja de estranhamento/negação, que se torna praticamente um julgamento sobre o que nos foi apresentado, e está fundamentado sobre as nossas bases culturais, e comumente declina numa atitude de discriminação do alvo devido as suas características.

Crochik (1995, p.61) esclarece que é na busca pelo poder que o indivíduo preconceituoso se fortalece:

A sensação e superioridade do preconceituoso em relação a sua vítima é solicitada por uma cultura que não permite um lugar fixo a ninguém, pois é a própria insegurança de todos os indivíduos, é a eterna luta de todos contra todos, que sustenta, assim, o poder sobre o mais fraco é a busca de um espaço em uma sociedade que gira em torno do poder, busca esta fadada ao fracasso.

Compreende-se da leitura em destaque que alguns indivíduos não se identificam irrestritamente com sua cultura, sem negá-la. Para estes a resistência ao preconceito é possível, pois conseguem descortinar as tramas psíquicas presentes nos modelos/padrões impostos como forma de dominação.

Para outros indivíduos que não desenvolveram tamanha autonomia e reflexão não se sentirem inferiores, sentem a necessidade de se identificar irrestritamente com a cultura, se adaptando plenamente as normas/modelos/padrões, mesmo que não haja identidade com suas vontades e interesses.

Com todas estas dificuldades apresentadas pelos indivíduos perante algo que coloca em xeque/discussão a sua própria maneira de ser/estar no mundo, podemos entender como o preconceito se manifesta no ambiente escolar. Conviver e aceitar as diferenças exige superação e esforços. Não adianta receber um estudante com deficiência física, por exemplo, na escola, se o considerarmos incapaz, improdutivo e ineficiente. O preconceito nos ambientes escolares existe e assumindo este fato é que estaremos resistindo e superando a sua manifestação.

Assim, considerando esta constatação, este estudo trará suas contribuições no que se refere ao preconceito estabelecido em relação aos estudantes com necessidades especiais na escola regular.

## **1.2 Problema de estudo: pensando o preconceito como obstáculo/impedimento para a escola democrática.**

Ao pensar em um ambiente escolar que atenda as necessidades de todos os estudantes, nos deparamos com uma enorme complexidade. A escola, por ser um espaço plural e heterogêneo pelas diferenças humanas que nela se materializam, precisa afirmar a democracia garantindo e efetivando o direito inalienável à educação para todos, independentemente de suas diferenças físicas, sensoriais e cognitivas.

A questão do preconceito nas instituições de ensino deve ser discutida e trabalhada, pois negar/alienar/esconder o problema não é a solução. Crochík (1995, p.210) afirma que “A questão do preconceito deve ser também diretamente discutida, procurando o professor esclarecer a falsidade de seu conteúdo e aquilo que pode levar ao seu surgimento.”

O autor (1995, p.211) ainda destaca que:

Igualmente, dentro as classes, os grupos a serem formados, quando for o caso, devem se pautar por aquela heterogeneidade. Quando houver dificuldades para isso, devido a resistência dos alunos, surge uma ótima oportunidade para se discutir sobre o assunto.

Abordar esta questão é de grande valia no que se refere à formação de indivíduos conscientes, que aprendam a ser solidários, que reflitam, e que vivem num coletivo.

As escolas, tendo a função de espaços de formação acadêmica, social e humana, não podem se constituir em ambientes que discriminam seus estudantes com base na concepção da existência de “estudantes ideais”. Nesta perspectiva, se um indivíduo é considerado “diferente” por ser gordo, negro, baixo, alto, imagina o preconceito que é projetado sobre aquele que por alguma limitação sensorial, física ou cognitiva aprende num ritmo/modo diferenciado dos demais? Se conformar com uma escola segregada (escola especial) seria o correto? A criação de “guetos escolares” elimina as diferenças humanas? Obviamente que não! É a escola que deve se adaptar aos seus estudantes, atendendo suas demandas pedagógicas e educacionais.

A escola e a sociedade só se tornarão inclusiva quando todos os indivíduos, independentes de suas diferenças, puderem conviver juntos e reconhecer que tais diferenças criam oportunidades singulares de criação de espaços/ambientes enriquecidos pela pluralidade constituída. Enquanto o preconceito for um impeditivo para a

experiência do convívio na/para a diversidade humana, jamais conseguiremos constituir uma escola democrática, que aceite a todos independentemente de suas características.

### **1.3 Objetivo e questões de estudo.**

Neste estudo o nosso objetivo é caracterizar o processo de inclusão de estudantes com necessidades especiais em uma escola da rede pública municipal do Rio de Janeiro, instituição esta onde realizei um estágio extracurricular durante quatro meses, atrelado aos questionamentos relativos ao preconceito, temática central da pesquisa.

Assim, elencamos algumas problematizações:

- O que pensam os professores na contemporaneidade sobre a inclusão escolar?
- Existe preconceito por parte dos professores com relação à inclusão escolar de estudantes com necessidades especiais na escola regular? Quais evidências sustentam a materialidade do preconceito?
- Os professores encontram/impõem barreiras no processo de escolarização de estudantes com necessidades especiais incluídos nas escolas regulares? Quais?
- Os professores reconhecem e orientam suas práticas de forma a atender as necessidades de aprendizagem dos estudantes incluídos nas escolas regulares?

Ao refletir que nascemos em um mundo que não é/está neutro e a tendência é seguir aquilo que é/está imposto, observamos o quão difícil é resistir/superar padrões cristalizados temporalmente. Os estereótipos, que estabelecem “modelos”, também colaboram para a materialidade do ser/estar no mundo.



O preconceito é caracterizado pelo ato do não refletir, da negação do que é novo, que remete ao desconhecido, e causando medo por não saber lidar com o mesmo. Assim, além de negar a possibilidade de que um indivíduo seja diferente dos padrões pré-estabelecidos, a pessoa preconceituosa com medo de não reconhecer a sua fragilidade diante do que lhe causa "estranheza", utiliza de atitudes preconceituosas como forma de defesa.

A escola, um ambiente social caracterizada pela diversidade humana, possui uma variedade de estudantes com características, comportamentos e pensamentos distintos, o que para um indivíduo preconceituoso é um grande desafio conviver com pessoas tão diferentes e muitas fora dos padrões sociais impostos.

A questão não é diferente quando falamos de estudantes com necessidades especiais. Muitas vezes são segregados pela própria escola negando à oportunidade de estudar com os estudantes das classes regulares. Na educação inclusiva, os estudantes encontram a possibilidade de poder se aprender juntos. Porém, para os indivíduos preconceituosos, que acreditam que as necessidades especiais são um impedimento à escolarização num mesmo espaço escolar entre estudantes com e sem tais características, é comum que barreiras sejam interpostas ao processo, muitas das vezes para justificar a exclusão travestida do preconceito.

A problematização deste estudo propõe a reflexão crítica sobre o preconceito com os estudantes com necessidades especiais. Nesse sentido, desejamos refletir sobre os padrões/modelos estabelecidos pela sociedade que nos impedem de pensar/ousar novas possibilidades, afirmar outras concepções, como a educação inclusiva, que ratifica o respeito/acolhimento como condição humana para todos os estudantes, independentemente de suas necessidades.

No primeiro capítulo, realizamos reflexões iniciais sobre o preconceito e sua manifestação na sociedade contemporânea. Delineamos argumentos sobre o seu surgimento e fomentamos as causas que tornam os indivíduos mais predispostos a desenvolvê-lo. Destacamos o estereótipo e o pré-conceito como marcas/forjas das atitudes discriminatórias além de apresentar as questões de estudo e objetivo da pesquisa.

No segundo capítulo, debatemos o conceito do preconceito e discutimos como a ideologia, como um produto cultural, gera dominação, exercendo influência na formação de indivíduos preconceituosos. Realizamos uma breve abordagem histórica do preconceito com relação às pessoas com necessidades especiais, problematizando como

o espaço escolar dialoga com a diversidade, relacionando a educação inclusiva e o combate ao preconceito.

No terceiro capítulo, iremos abordar as questões que envolvem a educação inclusiva e da importância de uma escola democrática. Relataremos também sobre o surgimento do preconceito nas atuais instituições de ensino, trazendo itens para um debate. E enfatizaremos também, qual o comportamento da mídia perante estas atitudes de preconceito.

No quarto capítulo relataremos a pesquisa realizada, trazendo as análises e as reflexões sobre os dados obtidos com a realização da pesquisa. Caracterizaremos a escola em que foi realizada a pesquisa e a concepção metodológica que baliza o estudo. Problematizaremos as reflexões dos professores participantes do estudo com relação ao processo de inclusão de estudantes com necessidades especiais, relacionando as possíveis atitudes discriminatórias.

Nas considerações finais realizamos a reflexão crítica sobre o processo de inclusão aliado a necessária superação do preconceito, que pode impedir/obstar a democratização da escola, e quiçá, da sociedade. Para tanto, reafirmamos que o primeiro passo é reconhecer que ninguém está imune a desenvolvê-lo e que o debate/diálogo pode elevar o nível de consciência das pessoas, se constituindo numa poderosa estratégia de enfrentamento.

Desejamos que as reflexões realizadas neste estudo possam contribuir para uma educação voltada para o respeito e acolhimento das diferenças humanas, para a superação das atitudes discriminatórias, corroborando não só para uma sociedade mais justa, humana e solidária, como também, para uma sociedade que além de apresentar tais características se afirme plural e democrática.

## **CAPÍTULO 2:**

### **Preconceito, indivíduo e cultura.**

#### **2.1 O conceito do preconceito.**

Para compreender a complexidade que envolve a temática preconceito, podemos recorrer a historicidade do desenvolvimento do ser humano, na qual podemos destacar o escasseamento/falta da naturalidade do olhar para o que é diferente em seu cotidiano.

Crochik (1995, p.18) problematizando o olhar preconceituoso que se fixa na diferença, afirma que “O preconceito é a priori uma reação congelada, que o assemelha à reação de paralisia momentânea que temos frente a um perigo real ou imaginário”.

Com base nisto, observamos que um indivíduo diante de situações não comuns ao seu cotidiano pode demonstrar desconforto quanto à situação vivenciada, assim se inclinando à reprodução de padrões pré-estabelecidos pela sociedade, podendo reproduzir manifestações de preconceito.

O autor ainda afirma que (1995, p.71):

[...] tudo aquilo que impeça o indivíduo de se voltar para a realidade, evitando quer a percepção de sofrimento que esta contém, quer a necessidade da vinculação com a cultura como uma instância que aponta para a universalidade humana, auxilia na formação de preconceitos.

Com isto, se não houvesse o surgimento de algo que fosse considerado “estranho” e perturbador para a mente do indivíduo, a vida seria fácil de viver, pautada exclusivamente na adesão irrestrita aos padrões sociais pré-estabelecidos. Porém, estes conflitos existem e o indivíduo que não sabe lidar com sua própria fragilidade se apropria do preconceito, tentando se defender da ameaça imaginária provocada por ele, e o utiliza como suporte às suas atitudes discriminatórias, que podem acontecer de um indivíduo para outro, ou ainda, em diferentes grupos sociais.

Este último é conhecido por etnocentrismo, que é a forma preconceituosa de não aceitar a existência de outro grupo social que não seja o qual se pertence, resultando a

discriminação e marginalização do outro. Temos como significado<sup>1</sup> para a terminologia etnocentrismo (2011):

Etnocentrismo é um conceito antropológico, que ocorre quando um determinado indivíduo ou grupo de pessoas, que têm os mesmos hábitos e caráter social, discrimina outro julgando-se melhor, seja pela sua condição social, pelos diferentes hábitos ou manias, ou até mesmo por uma diferente forma de se vestir.

Ele se caracteriza por uma superioridade de um determinado grupo sobre outro, podendo causar desta forma, em casos extremos, os mais diversos conflitos sociais e individuais.

Em uma mesma cultura, todos nós convivemos com os mais diversos grupos sociais. Nestes grupos sociais os indivíduos podem assumir os mais diferenciados comportamentos, concepções e ideias, afirmando suas subjetividades nos coletivos comuns. Constatamos assim, que é a experiência de cada um que afirma/sustenta a sua individualidade.

Crochík (1995, p.17) explica afirmando:

Para se falar em indivíduo deve-se pressupor uma esfera de intimidade ou interioridade que se contraponha à uma esfera exterior, mas uma interioridade que surge à partir deste exterior, o que implica que o indivíduo é produto da cultura, mas pela sua singularidade se diferencia dela [...].

Podemos exemplificar esta questão citando a educação dos filhos, no qual observamos que mesmo sendo influenciados pelos pais, a construção de suas personalidades não reproduzem simetricamente a identidade de seus pais. Ou seja, pais preconceituosos podem ter filhos que resistam à identificação com suas condutas discriminatórias.

Segundo o autor, seres humanos que pertençam a um mesmo grupo social se diferenciam uns dos outros por sua individualidade, ou seja, enquanto indivíduos.

Com isto, é possível afirmar que não existe um indivíduo sem cultura, e portanto, ele é influenciado por ela. Ora, se somos influenciados por uma cultura, tudo aquilo que aparenta certa racionalidade talvez não seja de fato. Talvez só se esteja reproduzindo padrões sociais estabelecidos.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Etnocentrismo> Acesso em: 29 de abril de 2011.

No pensamento de Crochík (1995, p.22):

[...] Quando dizemos que algo é bom ou mal, sem que este juízo seja espontâneo, mesmo que possua aparentar espontaneidade, ou sem que reflitamos sobre a sua racionalidade explicitando a sua validade, quer para o indivíduo, quer para a sociedade, mesmo que possa apresentar uma aparente racionalidade, estamos sendo preconceituosos.

Para este autor, a aparente espontaneidade em nossos atos revela também uma irracionalidade comandada pelo nosso inconsciente. Mesmo reconhecendo o nosso livre arbítrio, é bem provável que estejamos sendo cúmplices de uma ideologia, que busca a figura do indivíduo perfeito, fornecidos pelos estereótipos.

Quanto a isso, Crochík (1995, p.24) afirma que “Estes estereótipos são proporcionados pela cultura e propícios à estereotipia do pensamento do indivíduo preconceituoso, fortalecendo o preconceito e servindo para a sua justificativa”.

Segundo o autor, os estereótipos compõem os tabus que foram historicamente construídos pela sociedade, desta forma é a própria cultura que poderá influenciar para o surgimento do pensamento estereotipado do indivíduo, o qual utilizará deste como defesa para qualquer atitude discriminatória que possa apresentar.

Com isto, o preconceito, diante de determinadas situações, nasce de um pensamento estereotipado, onde o indivíduo relaciona o seu pensamento, muitas vezes inconsciente com aquilo que foi determinado pela sociedade, transformando em um agir sem reflexão. Constatamos com isto que se é no processo de socialização com os conflitos do cotidiano que se desenvolvem preconceitos, é com a ideologia internalizada que este se fortalece.

A concepção de ideologia, segundo Crochík (1995, p.46) com a qual estamos dialogando significa:

[...] é um produto cultural que encobre a dominação desnecessária para a auto conservação da humanidade e como exerce necessariamente na forma de dominação (da consciência e da vontade humanas) se contrapõe a uma consciência crítica.

Esta ideologia legitima os preconceitos existentes, alienando a crítica em relação à atitude discriminatória que um indivíduo possa ter. Ou seja, mesmo que o indivíduo veicule a possibilidade de que esteja cometendo alguma atitude equivocada, ele a aceita justificando sua ação na ideologia que assume como correta.

O ser humano, quando alienado, assume com seu grupo social “verdades supremas” e todos os que não se adequam ao seu contexto são acusados de estarem “fora do padrão”, ou seja, são imperfeitos/inadequados considerando a hegemonia estabelecida das verdades referidas. Desta maneira, o indivíduo que se adapta plenamente a sua cultura, não exercendo sua autonomia no pensar e fazer, inculca valores e idéias que se tornam verdades que devem ser reproduzidas, causando o preconceito.

Assim, o preconceito e a discriminação resultantes dos conflitos do processo de socialização, parecem surgir porque o indivíduo negligencia outras possibilidades de ser e estar no mundo, criando uma realidade deturpada.

Se o preconceito baseia-se em uma realidade deturpada, conclui-se que para o não surgimento deste seria necessário simplesmente uma “não deturpação”, ou seja, construir uma realidade verdadeira com base na reflexão e na experiência.

Porém Costa (2007, p.79) nos lembra que “[...] o que caracteriza o preconceito é, principalmente, a ausência da reflexão crítica acerca do objeto alvo, impossibilitando a experiência e, conseqüentemente, dificultando sua diferenciação”. Com isto, o indivíduo preconceituoso apresenta esta característica do não refletir, paralisando seus pensamentos e agindo inconscientemente, limitando a sua percepção sobre as coisas.

Segundo Crochik (1995, p.35) “[...] o preconceito é uma paixão!”. Assim, os indivíduos predispostos ao preconceito possuem egos frágeis e por isso são facilmente sugestionáveis. Então, mesmo que se instigassem neles atitudes que não fossem a favor do preconceito, eles iriam utilizar de formas mais sutis de discriminação como forma de sobrevivência.

A busca para se definir o que é preconceito não é uma tarefa fácil, tornando mais complexo este estudo. De qualquer forma o preconceito deve ser debatido, uma vez que se fortalece na ausência do conhecimento sobre suas causas.

## **2.2. O preconceito em relação às pessoas com deficiência.**

Investigando o que é preconceito observamos que ele se manifesta nas mais diversas situações. E uma destas é com relação às pessoas com deficiências, que pertencem ao grupo de pessoas com necessidades especiais. Crochik (1995, p.56) afirma em relação ao preconceito que este é “Um fator que revela a dificuldade da

individualização, por implicar em não reflexão e não experimentação em relação aos seus objetos alvo”.

O desconhecimento pode ser um dos maiores fatores para que haja a perpetuação das atitudes discriminatórias. Porém, na atualidade, com um maior acesso às informações, evidenciam-se movimentos sociais que objetivam, entre outros, a criação de dispositivos legais que proíbam discriminar.

Por exemplo, o uso do termo deficiente, que hoje é problematizado e considerado superado, pode ser considerado preconceituoso porque assume no contexto da sociedade burguesa capitalista a idéia de ineficiência e improdução. Porém, o preconceito ainda é fato na vida das pessoas com deficiência e por isso encontram tantas barreiras para exercer com plenitude suas potencialidades, mesmo tendo garantido seus direitos em vasto arcabouço legal no Brasil e no mundo.

E sobre este aspecto, muito se avançou no país na garantia dos direitos das pessoas com deficiência, o que é um aspecto relevante para se opor ao preconceito velado e suas metamórficas manifestações na sociedade brasileira.

A Resolução da ONU N° 2.542/1975, que trata da declaração dos direitos das pessoas com de necessidades especiais, afirma no item três:

As pessoas deficientes têm o direito inerente de respeito por sua dignidade humana. As pessoas deficientes, qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade, o que implica, antes de tudo, o direito de desfrutar de uma vida decente, tão normal e plena quanto possível.

Este dispositivo trata do que deveria ser o óbvio, pois o direito a dignidade humana não deve ser negado a nenhum cidadão, independente de suas necessidades. Porém, há divergência quanto a este pensamento, daí a importância de tais legislações para que os indivíduos alvo do preconceito não sejam remetidos a situações de exclusão e humilhações.

E assim como esta resolução, existe importante arcabouço legal que afirmam o direito fundamental a uma vida plena e garantem oportunidades e direitos às pessoas com necessidades especiais, como a Constituição Federal de 1988, que estabelece um conjunto de leis básicas que regem o país, garantindo os direitos fundamentais e os deveres de cada cidadão, destacando em alguns parágrafos os direitos das pessoas com deficiência. Como, por exemplo, no Título III - Da Organização Do Estado (Capítulo II - Da União):

Art. 23 – É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:  
II – cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

E ainda, no que diz respeito à Educação, no Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto (Seção I - Da Educação):

Art. 208 – O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:  
III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Destaque-se, também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, que dedica particular atenção à Educação Especial, como no art. 60 do capítulo V:

**Parágrafo único.** O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

Ou ainda, na mesma lei, o art.59 que regulamenta que os sistemas de ensino deverão assegurar aos estudantes com necessidades especiais, todo tipo de recurso educativo para atender as suas necessidades, além de professores com especialização adequada e uma educação que vise a sua integração efetiva na vida em sociedade.

Pode-se contar também, com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que propõe uma série de mudanças no sistema escolar brasileiro a fim de promover uma educação democrática, removendo as barreiras para aprendizagem dos estudantes com necessidades especiais.

Mesmo com tantas leis, os obstáculos postos ao processo de escolarização dos estudantes com necessidades especiais ainda são muitos. Infelizmente, a existência de vários dispositivos legais que garantem os direitos das pessoas com deficiência não significa que estes por sua vez são efetivados.

Crochík (1997, p.139) afirma que:

[...] um clima cultural geral contrário ao preconceito e à proibição de atitudes discriminatórias na Constituição, certamente inibem o preconceito quanto ao seu exercício, mas não necessariamente quanto a sua formação.



E ainda reforça que (1997, p.139) “[...] o Brasil tem em sua Constituição a proibição da discriminação, mas nem por isso ela deixa de existir em frequentes ocasiões”. A persistência do preconceito com as pessoas com necessidades especiais não é algo recente, mas possui todo um contexto histórico marcado pelas mais diversas formas de discriminação.

Costa (2007, p.54) afirma que “Os registros históricos comprovam que vem de longo tempo uma resistência quanto à aceitação social das pessoas com deficiência/necessidades especiais e demonstram como as suas vidas eram ameaçadas”.

Recorrendo a História, as pessoas com deficiência sofreram inúmeras resistências ao longo dos anos, que até hoje parecem repercutir na forma como são percebidos/entendidos. Devido à ignorância humana, podemos observar em relatos históricos que já foram sacrificados, segregados, humilhados e até endeusados em diferentes épocas.

Costa (2007, p.55) destaca que “Na Grécia antiga, onde a perfeição do corpo era cultuada, as pessoas com deficiência/necessidades especiais eram sacrificadas ou escondidas”. E mais, em outros momentos da história da humanidade sentimentos ambíguos marcavam suas vidas:

A idade média se estendeu por um longo período da história da humanidade, marcado por diversos sentimentos em relação às pessoas com deficiência/necessidades especiais: rejeição, piedade, proteção e, até mesmo, supervalorização. Esses sentimentos eram radicais, ambivalentes, marcados pela dúvida, ignorância, religiosidade, e se caracterizavam por uma mistura de culpa, piedade e reparação.

Nessa retrospectiva histórica é possível observar que os indivíduos, tomando como base o desconhecimento/ignorância com relação às pessoas com necessidades especiais, utilizaram de diversas convicções para determinar a forma mais adequada de tratá-los, seja como deuses ou os abandonando e considerando pessoas não tinham mais qualquer função no meio social.

Esta constatação levou Costa (2007, p.57) a afirmar que:

Todas as formas de conceber e explicar a deficiência ao longo da história da civilização, efetivamente afirmam como as diversas épocas e culturas apresentaram, e ainda apresentam, dificuldades de compreender a diferença, a diversidade entre as pessoas e de como lidar com elas.

Historicamente, as pessoas com necessidades especiais foram alvos de inúmeras atitudes discriminatórias, as quais repercutem até os dias de hoje, seja na dificuldade ao acesso a educação regular, ou ainda, na falta de oportunidades de emprego. Estes exemplos demonstram que o entendimento e a ressignificação sobre as deficiências não foram totalmente reelaboradas pela sociedade. Assim, a compreensão sobre as deficiências ainda estão atreladas a ideias/valores relacionadas à incapacidade, improdutividade e inabilidade, corroborando para a manutenção do preconceito.

Costa (2007, p.59) afirma que “para o sujeito com deficiência a sociedade lhe atribui um empobrecimento generalizado, um impedimento ao esclarecimento que tende a reduzi-lo a uma alteridade [...]”, com isto, a sociedade parece atribuir as pessoas com necessidades especiais uma fragilidade de entendimento, no que diz respeito as suas potencialidades, negando a estes a oportunidade de vivenciar suas experiências, já que foram reduzidos a impossibilidade que está posta na deficiência pelo olhar gélido preconceituoso.

De acordo com Crochik (1995) o que gera o preconceito é a falta de conhecimento, tendo como resultado a generalização entre as pessoas com deficiência, veiculando-se a idéia de que todos são iguais em suas “incapacidades”. Esse desconhecimento afeta de tal forma a compreensão sobre a deficiência, que não se consegue separar a sinonímia entre deficiência e impotência, materializando o preconceito.

Segundo Amaral (1992, p.9) “[...] o preconceito nada mais é que uma atitude favorável ou desfavorável, positiva ou negativa, anterior a qualquer conhecimento”. É o pensamento deturpado, que julga algo ou alguém antes de conhecer, que leva o indivíduo a ser ou não preconceituoso.

Ao utilizar o termo indivíduos preconceituosos, ao mesmo tempo afirmamos que existe os que são e os que não o são. Nesta perspectiva, há a possibilidade de considerar que a predisposição ao preconceito podem variar de indivíduo para indivíduo.

Crochik (1995, p.200) afirma considerando o exposto:

Se existem indivíduos livre de preconceitos, e se aqueles que não o são os adquiram durante a vida, como fruto de suas necessidades psíquicas, isto implica que eles podem ser evitáveis. Colocados desta forma, pareceria que os psicoterapeutas poderiam resolver a questão [...].

Porém, continua (1995, p.201) “Mesmo o indivíduo tratado voltaria para a cultura que o levou a adoecer, que, por sua vez, continuaria a solicitar a necessidade de se defender psiquicamente que o levou ao tratamento”. Este então funcionaria como um efeito “sanfona”, o que não resolveria o problema. Pois, segundo o autor, se é o ambiente socializador que colabora para que o mesmo tenha este comportamento, sair de um tratamento para voltar à sociedade seria colocá-lo novamente diante daquilo que o tornou preconceituoso.

Assim sendo, o preconceito com relação às pessoas com necessidades especiais, se estabelece com o desconhecimento, por não se compreender como conviver com estes indivíduos, uma vez que historicamente a experiência de convívio com estes sujeitos foi dificultada ou mesmo impedida em determinadas organizações sociais.

### **2.3. Estereótipo: manifestação do preconceito?**

Os que se apropriam da estereotipia do pensamento, possuem a característica do não refletir sobre as inúmeras possibilidades de vida, tornando com isto o indivíduo repetitivo em suas possíveis atitudes discriminatórias. Com base nisto, Crochík (1995, p.29) afirma:

[...] a estereotipia do pensamento não diz respeito somente aos conteúdos que envolve, mas também a forma de pensar que nos é exigida. Se uma das características do preconceito é a fixidez das mesmas reações de repúdio ao objeto, o pensar estereotipado, que utilizamos por motivos diversos em diferentes esferas do cotidiano, não deixa de se caracterizar pela fixidez de procedimentos que são aplicados indistintamente a qualquer objeto e, assim, não deixa de contribuir com a formação do preconceito.

Estes estereótipos utilizados para dar ênfase ao preconceito, por sua vez, não surgem do nada, pois tem suas bases fundamentadas em tabus historicamente produzidos que reduzem a necessidade da reflexão, e evitam o pensar. Segundo este autor, preconceito e estereótipo se relacionam entre si, porém enquanto um é uma reação individual, o outro é um produto da cultura.

De acordo com Crochik (1995, p.26), com relação aos estereótipos, “[...] o estereótipo não se confunde com o preconceito, mas é um de seus elementos”. Ele

ainda afirma que o preconceito se manifesta no indivíduo, enquanto que os estereótipos são frutos da cultura, tendo relação direta com a infância.

Para este autor o preconceito existe para os indivíduos como uma forma de se defender de ameaças imaginárias, e estes acabam deturpando a sua realidade, se escondendo ou preferindo não enxergar as coisas como elas são. Crochík afirma (1995, p.31) que “os estereótipos por deturparem a realidade, ocultando aquilo que gera a desigualdade, servem de justificativa para a dominação. Enquanto tal, naturalizam uma situação de opressão”. O controle sobre as coisas é a defesa do pensamento estereotipado, que existe para fazer com que não se possa refletir, determinando o que é certo e/ou errado.

Assim, por deturpar a realidade, o estereótipo se torna uma poderosa “arma” para a dominação, já que trás consigo uma pseudoigualdade.

Os que manifestam o pensamento estereotipado, parecem definir o mundo para depois o observar. O entendimento do mundo está atrelado à cultura como “verdades” impostas. Considerando que nossa cultura é geracional, ou seja, aspectos culturais são passados de geração a geração, o assunto se torna mais preocupante considerando que determinadas culturas são mais favoráveis à estereotipia.

Os estereótipos, baseados também em suposições, são extremamente perigosos a formação e desenvolvimento dos indivíduos, pois alimentam o preconceito e dão força para a sua consecução. Quanto às pessoas com necessidades especiais, os estereótipos limitam o indivíduo, não somente pela sua diferença propriamente dita, mas pela incapacidade que atribuem ao mesmo, como por exemplo, uma dificuldade de aprendizagem, que se supõe que as pessoas com necessidades especiais tenham, mas que nem foi constatada de fato. Assim, as limitações das pessoas com necessidades especiais parecem possuir maior relevância do que a deficiência propriamente dita.

O preconceito, em relação à questão da deficiência, segundo Amaral (1995, p.120):

[...] pode estar lastreado na aversão ao diferente, ao mutilado, ao deficiente – os estereótipos daí advindos serão: o deficiente é mau, é vilão, é asqueroso [...] ou o preconceito pode ser baseado em atitude de caráter comiserativo, de pena, de piedade: o deficiente é vítima, é sofredor, é prisioneiro [...] e assim por diante.

A reflexão proposta pela autora nos faz refletir sobre a alienação dos direitos destes indivíduos, pois se tal sujeito é considerado deficiente, acaba sendo

desumanizado e considerado incapaz. Este olhar pode estar remetido tanto à discriminação atribuída às pessoas com necessidades especiais, como também, o sentimento de compaixão e pena para com sua condição, o que poderá provocar naquele que é excluído, por algumas vezes, como forma de defesa, uma procura constante de se assemelhar com os outros indivíduos, causando muitas vezes a decepção e constrangimento por uma busca infinita de superação nem sempre alcançada.

As pessoas com necessidades especiais registram em sua história as mais variadas formas de discriminação. Atitudes que limitaram/cercearam toda e qualquer oportunidade de conhecimento sobre as suas diferenças, o que resultou em tabus e preconceitos que se manifestam em nosso cotidiano. Portanto, tabus, intolerância, desrespeito e desconhecimento, fizeram e ainda fazem parte na conquista pelos seus espaços na sociedade, as quais serão melhores debatidas a seguir.

#### **2.4. Identidade, intolerância e diferenças no espaço escolar: questões para debate.**

Numa perspectiva histórica, tendo como base o que foi abordado no item anterior, a identidade de uma sociedade se constrói com base em suas características culturais, isto é, ela se determina pela cultura onde se inserem os indivíduos.

Nesse sentido nossa sociedade, que possui em sua trajetória histórica longos períodos de discriminação e escasso respeito pela dignidade humana, notados nos tempos de escravidão e da ditadura, revelam como os mesmos contribuíram para a formação da sociedade que temos hoje. E atualmente, mesmo com todo o contexto democrático baseados em ideais que afirmam um mundo mais justo e solidário, ainda encontramos sujeitos que são discriminados.

Os indivíduos da raça negra, discriminados e humilhados historicamente e que sofreram as mais variadas formas de violência, até mesmo nos dias de hoje, são percebidas atitudes de discriminação e marginalização em relação a estes sujeitos.

Crochík (1995 p.149) ao comentar sobre isto diz que:

No século passado e no início deste, as teorias raciais falavam sobre o negro como inferior, porque socialmente era considerado inferior [...] Todavia os impulsos democráticos que são progressivamente incluídos, como a história recente tem mostrado, contribuíram para o combate daquela visão [...].

E acrescenta:

Essa mudança de visão em relação aos brancos e aos negros mostra, entre outras coisas, a importância do clima cultural na dominação de determinados grupos sobre os outros. E, de fato, as crenças difundidas em determinado momento constituem-se em preconceitos culturais, não menos racionais que os individuais. (p.150)

Nesta perspectiva, é possível verificar como a dominação de determinados indivíduos/grupos sobre outros teve e tem um papel importante na sociedade, pois para o exercício desta dominação é necessário se incluir entre os mais fortes, nem que para isso seja necessário reproduzir a discriminação exercida pelos grupos hegemônicos.

O cotidiano escolar não está imune às consequências históricas, uma vez que na a classe dominante exerce poderosa influência no *modus operandi* da escola, revelando que até mesmo os espaços escolares não estão imunes a pseudodemocracia social.

Freire (1959, p.28) comprometido com a construção da consciência crítica, afirmou que "é preciso aumentar o grau de consciência do povo, dos problemas de seu tempo e de seu espaço". Nesse sentido, destaca a alienação dos povos com relação aos que os dominam, enfatizando que a libertação dos oprimidos está diretamente ligada a postura dominante da sociedade, que por sua vez usa da alienação para dominar seus povos.

Assim, muitas vezes no âmbito escolar, o "saber dominante" seleciona o que diz respeito a outras classes, como se fosse mais correto e/ou único, ou inculca na mente dos dominados a hierarquia de saberes, perpetuando este pensamento para as próximas gerações. Por isso é tão necessária uma educação plural, que respeite a multiplicidade de culturas, sem que haja privilégios por nenhuma, resistindo ao estabelecimento de preconceitos.

Mantoan (2000, p.5) defende que:

A escola para a maioria das crianças brasileiras é o único espaço de acesso aos conhecimentos universais e sistematizados, ou seja, é o lugar que vai lhes proporcionar condições de se desenvolver e de se tornar um cidadão, alguém com identidade social e cultural.

E desta maneira (2000, P.5):

A escola prepara o futuro e de certo que se as crianças conviverem e aprenderem a valorizar a diversidade nas suas salas de aula, serão adultos bem diferentes de nós, que temos de nos empenhar tanto para defender o indefensável.

A diversidade está posta em nossa realidade e um dos desafios para a educação é aprender a conviver e se beneficiar dela, principalmente com relação à inclusão, pois o preconceito se instala na ausência do conhecimento.

Esta dimensão é enfatizada por Mantoan (2000)<sup>2</sup> ao afirmar:

Para que as escolas sejam verdadeiramente inclusivas, ou seja, abertas à diversidade, há que se reverter o modo de pensar, e de fazer educação nas salas de aula, de planejar e de avaliar o ensino e de formar e aperfeiçoar o professor, especialmente os que atuam no Ensino Fundamental. Entre outras inovações, a inclusão implica também uma outra fusão, a do ensino regular com o especial e em opções alternativas/aumentativas da qualidade de ensino para os aprendizes em geral.

Assim, o convívio na/para/com a diversidade é o caminho para se conhecer o que é considerado estranho, tornando-o familiar.

Pensar em educação é acreditar em uma escola que dispensa se afirmar de qualidade, pois está intrínseca esta idéia, que respeite e assuma a perspectiva da educação inclusiva.

Compreender a diversidade que nos rodeia não é uma proposta, é uma realidade. A inclusão escolar propicia o convívio na/para/com a diversidade humana, levando em conta as singularidades, o que vai beneficiar todos os estudantes, sem distinções. De igual maneira, uma educação na/para as diferenças poderá contribuir para uma sociedade mais humana, plural e acolhedora, constituída por indivíduos mais humanos e inclusivos.

## **2.5 Inclusão escolar: combatendo o preconceito na escola.**

No contexto escolar existem práticas discriminatórias, sejam as manifestadas entre os estudantes, de estudantes para com os professores, e vice-versa. Os estudantes

---

<sup>2</sup> Disponível em: [www.bancodeescola.com/verde.htm](http://www.bancodeescola.com/verde.htm) Acessado em: 1 de maio de 2011.

com necessidades especiais, durante muito tempo, foram discriminados não só pela sua diferença, como também quanto à possibilidade de ter uma educação comum aos outros estudantes que não possuem uma necessidade especial, e por isso por um longo tempo a formação escolar para estes estudantes se deu nas classes e/ou escolas especiais.

A classe especial, por si só traz afirmam uma perspectiva discriminatória, pois segregam os estudantes dificultando/impedindo que os mesmos possam se desenvolver/aprender/conviver nas classes regulares.

Serra (2008, p.33) afirma que:

A concepção da educação especial como serviço segrega e cria dois sistemas separados de educação: o regular e o especial, eliminando todas as vantagens que a convivência com a diversidade pode nos oferecer.

Em relação à escola inclusiva, Costa (2007, p.76) afirmam:

Na escola inclusiva, os alunos, com ou sem deficiência, por intermédio da educação podem desenvolver sentimentos de 'pertencimento' à sociedade, contribuindo para sua auto-estima e segurança no enfrentamento dos limites e desafios impostos à deficiência, das barreiras de atitudes representadas principalmente pelo preconceito da sociedade em relação às pessoas com necessidades especiais.

Assim ao falar sobre inclusão, oportunidades de aprendizagem considerando as demandas de cada estudante devem ser consideradas. Porém, em alguns casos, no que diz respeito aos estudantes com necessidades especiais entende-se que incluí-los significa apenas colocá-los em classes regulares sem nenhum tipo de assessoramento que considere/atenda as suas necessidades educacionais e pedagógicas, excluindo-os da participação efetiva no coletivo da sala de aula.

Para que haja a inclusão de fato, o que está para além da presença destes estudantes nas salas regulares, é necessário que se garanta e efetive a aprendizagem e participação, criando condições de oportunidade para todos.

Nesse sentido como fruto dos movimentos da sociedade civil organizada e das entidades de base das pessoas com deficiência, inúmeros dispositivos legais foram constituídos como resultado destas demandas. A Declaração de Salamanca (1994), que é um documento considerado como um dos mais importantes sobre o tema inclusão escolar, afirma que toda criança tem o direito a educação e a oportunidade "de



conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem”. E ainda ratifica que os sistemas educacionais devem implementar ações que atendam a toda essa diversidade de características que os estudantes possuem. Com relação à educação inclusiva afirma (1994, p.1):

[...] as escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa ótima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo.

A educação inclusiva é afirmada uma concepção de educação capaz de opor resistência/superar preconceitos e discriminações nos ambientes escolares.

Nessa perspectiva explana Costa (2007, p.77):

Historicamente o preconceito sempre esteve presente em suas vidas, representado por atitudes que justificam a exclusão, como iniciativas assistencialistas e paternalistas, resultantes da frieza da sociedade que procura negar, ou ignorar, a diversidade humana.

A Escola inclusiva é aquela que não busca a distinção entre indivíduos e não seleciona “os aptos” dos “não aptos” à aprendizagem. Ela é aquela que oferece uma educação voltada para todos, em um ambiente livre de preconceitos, com um ensino diversificado e que respeite as diferenças individuais.

Costa (2007, p.76) ainda afirma que:

[...] o acesso à escola inclusiva permitirá aos alunos viverem experiências que se constituirão como formativas entre diferentes subjetividades, contribuindo para a humanização de todos partícipes da escola.

Considerando este contexto é que se pensa em sistemas educacionais inclusivos, promovendo a mudança de comportamento desejada para a conscientização de que todos os estudantes tenham suas necessidades atendidas, independente de suas dificuldades.

Segundo Glat (2007, p.34):

A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais demanda uma mudança radical na gestão do sistema educacional de modo amplo, e de cada escola especificamente, priorizando ações em todos os níveis de ensino, desde a educação Infantil aos programas para a formação de professores. Faz-se prioritária, também, a adequação arquitetônica dos prédios escolares para acessibilidade e a organização de recursos técnicos e de serviços que promovam a acessibilidade pedagógica e nas comunicações.

O que se pretende é esclarecer que o significado de incluir sinônimo da oferta das condições efetivas para sua permanência e sucesso escolar, com todos os recursos necessários para que alcancem a autonomia.

Nesse sentido, Glat (2007, p.28) afirma que:

Para que uma escola se torne inclusiva, deverá haver o reconhecimento de que alguns alunos necessitam mais que os outros de ajudas e apoios diversos para alcançar o sucesso de sua escolarização. Essa postura representa uma mudança na cultura escolar. Pois, sem a organização de um ambiente mais favorável ao atendimento das necessidades dos alunos que precisam de estratégias e técnicas diferenciadas para aprender, qualquer proposta de educação inclusiva não passa de retórica ou discurso político.

A inclusão é uma concepção de educação cujo sentido tem sido muitas vezes distorcido pela sociedade e pelos ambientes escolares. O sentido da inclusão precisa ser respeitado. Inserir estudantes com necessidades especiais no ensino regular é garantir o direito de todos a uma mesma educação: humana, plural e solidária!

Em síntese, o preconceito no ambiente escolar é um fato que está bem diante de nossos olhos e não deve ser negado. As pessoas com necessidades especiais o enfrentam há muito tempo e a educação especial, ao segregar o estudante em ambientes especializados, cerceando-os a estar com os outros estudantes sem tais necessidades, favorece o surgimento de atitudes discriminatórias por impedir/obstaculizar o convívio entre as diferenças humanas.

Assim, a inclusão escolar fundamentada em uma concepção de educação justa e humana, conquista seu espaço em passos lentos, propondo melhores condições de ensino-aprendizagem com uma pedagogia centrada nos estudantes, levando em conta toda a diversidade das necessidades educacionais dos mesmos.

### **CAPÍTULO 3:**

#### **A educação inclusiva e a democratização da escola**

As desigualdades sociais e as conseqüentes dificuldades de acesso à educação no país, influenciaram o surgimento de um pensar mais atual sobre as questões que estão presentes em nossa sociedade, especificamente nos debates relativos à educação. Tais debates demandaram a criação de dispositivos legais sobre os mais variados temas do nosso cotidiano. A constituição federal de 1988, por exemplo, foi implementada neste cenário de mudanças que vinha acontecendo no contexto social, garantindo a efetividade dos direitos fundamentais e básicos do indivíduo. Assim afirma a constituição:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Em seu texto há modificações quanto as questões que envolve o tema da educação, que podem ser observadas, por exemplo, no Título VIII- Cap. III /artº. 205, que estabelece que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Uma importante mudança que acompanhava o pensar contemporâneo da sociedade.

Assim para a educação, considerando este cenário de democratização, é que surge a escola que reconhece o valor de uma educação pautada nos princípios da pluralidade, do “estar juntos”, sendo também a favor da participação de todos nos espaços escolares, inclusive da família dos estudantes.

No documento que trata da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº. 9.394/96), é possível observar o progresso da sociedade ao destacar que a participação na tomada de decisões sobre/na/para a escola não pode ser feita sem a

presença dos pais e da comunidade. É necessário que nos estabelecimentos de ensino haja a articulação “com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola” (Art.12, inciso VI). Estas mudanças refletem o cenário de democratização da escola na contemporaneidade.

Desta maneira, analisando o momento atual no qual vivemos, nos deparamos com uma situação social bem mais propícia a inclusão das diferenças na/para a escola. Costa (2007, p.14) afirma:

[...] vivemos um momento cultural favorável à inclusão, consequentemente contrário a segregação das minorias historicamente excluídas, e por isso cresce a demanda por uma sociedade democrática e inclusiva.

A Educação Especial então, por sua vez, quando segrega os estudantes, não os permitindo conviver em uma escola comum a todos, evidenciam a dificuldade da escola de lidar com as diferenças humanas. Muitas vezes, os estudantes com necessidades especiais acabam sendo excluídos e segregados em salas especiais. A Declaração de Salamanca (1994, p.5), destaca que:

Dentro das escolas inclusivas, crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer suporte extra requerido para assegurar uma educação efetiva. Educação inclusiva é o modo mais eficaz para construção de solidariedade entre crianças com necessidades educacionais especiais e seus colegas. O encaminhamento de crianças a escolas especiais ou a classes especiais ou a sessões especiais dentro da escola em caráter permanente deveriam constituir exceções, a ser recomendado somente naqueles casos infrequentes onde fique claramente demonstrado que a educação na classe regular seja incapaz de atender às necessidades educacionais ou sociais da criança ou quando sejam requisitados em nome do bem-estar da criança ou de outras crianças.

Assim, educação inclusiva tem a proposta de ressignificar esse contexto, onde as escolas atuais criariam/adaptariam suas estruturas físicas, arquitetônicas, didático-pedagógica, curriculares e profissionais para o atendimento das demandas humanas numa única escola: a escola plural, inclusiva e democrática.

Outros documentos oficiais, no Brasil e no mundo, afirmam a educação inclusiva, ao reconhecem as dificuldades que as pessoas com necessidades especiais encontram desde tempos mais remotos.

Considerando o exposto, temos a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, criado pelo MEC (2008), e que afirma:

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas [...]

E destaca ainda:

Nesta perspectiva, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos.

A educação inclusiva em seu desenrolar histórico enfrentou muitas dificuldades, e ainda sofre com o reflexo dessa sociedade que não dava oportunidade as classes mais desfavorecidas e frágeis. Palhares & Marins (2002, p.62) destacam:

A história da educação especial começou a ser tratada no século XVI, com médicos pedagogos que, desafiando os conceitos vigentes até o momento, passaram a acreditar nas possibilidades educacionais de indivíduos até então considerados ineducáveis. A educação especial nasce portanto, com uma ênfase no ensino especial ou em seu espaço pedagógico ou metodológico, em uma sociedade em que a educação formal era direito de poucos.

O acesso a oportunidade de uma educação comum/plural aos estudantes com necessidades especiais é um processo gradual, ou seja, a inclusão não acontece sozinha, é necessário uma mudança por todos e não só por uma pequena parte da população. Palhares & Marins (2002, p.67) afirmam:

É notório que apenas leis e declarações, por mais pertinentes e apropriadas que sejam por si só não reverterem representações e práticas arraigadas. Ainda que haja iniciativas governamentais e esforços internacionais, sabe-se que uma mudança de paradigma requer ações efetivas de conhecimento.

Poder contar com leis que favorecem a educação inclusiva é um momento ímpar na história do nosso país e isto deve ser reconhecido, porém é necessário que também que se oportunizem as pessoas a reflexão sobre a humanização posta no processo e no debate.

A consecução do princípio da educação inclusiva, por sua vez, não se efetuará simplesmente por decreto, sem que se avaliem as reais condições que possibilitem a inclusão gradativa, contínua, sistemática e planejada de crianças com necessidades educativas especiais nos sistemas de ensino. (SALVIA, John & YSSELDYKE, James E., 1991, p. 43).

A mudança no âmbito escolar, mais do que ela propriamente dita, tem de estar relacionada também com as reais condições que a escola vem a oferecer aos estudantes. Assim Glat (2007, p.30) afirma que:

A implementação de um sistema de educação inclusiva não é tarefa simples. Para oferecer um ensino de qualidade a todos os educandos, inclusive para os que têm alguma deficiência ou problema que afete a aprendizagem, como viemos discutindo, a escola precisa reorganizar sua estrutura de funcionamento, metodologia e recursos pedagógicos, e principalmente, conscientizar e garantir que seus profissionais estejam preparados para essa nova realidade.

É preciso, além da mudança de pensamentos, para a efetividade da educação inclusiva devem-se considerar as necessárias transformações nas instituições de ensino. A escola precisa considerar o atendimento de todas as necessidades educacionais dos estudantes. Nessa perspectiva, Bueno (1999, p.23-24) afirma:

[...] a perspectiva de inclusão exige, por um lado, modificações profundas nos sistemas de ensino, que não podem se ater somente a pretensas dificuldades das crianças com necessidades educativas especiais, mas que precisam se estender aos processos de exclusão da mais variada gama de crianças.

A Educação Inclusiva, portanto, é uma proposta desafiadora ao sistema educacional, por também necessitar de uma transformação quanto ao pensar sobre as diferenças nas salas de aula e de uma concepção curricular voltada para a diversidade. Segundo Amaral (2003, p.12), a idéia de inclusão:

[...] se baseia em princípios, tais como: a aceitação das diferenças individuais como um atributo e não como um obstáculo, a valorização da diversidade humana pela sua importância para o enriquecimento de todas as pessoas, o direito de pertencer e não ficar de fora.

Estas transformações, debates e discussões sobre o tema inclusão, além de estarem atreladas as modificações nas instituições de ensino, também se relacionam aos diversos setores da sociedade, não só com a educação. Assim, somos nós, indivíduos pertencentes à sociedade brasileira, que precisamos rever concepções e ideais para compreender as diferenças humanas onde estamos imersos.

A Declaração de Salamanca (1994) também enfatiza o exposto, quando diz que a criança tem direito fundamental à educação, e que deve ser oferecida a ela a oportunidade adequada de aprendizagem. Desta forma, são os sistemas de ensino que devem estar preparados para trabalhar com a vasta diversidade de estudantes.

De acordo com Salgado (2008, p.59):

[...] em sua concepção sobre inclusão em educação [...] se refere à efetivação de uma educação para todos e expressa, dentro de um contexto educacional amplo, a realização de um trabalho pedagógico consciente para alcançar metas e objetivos educacionais que maximizem a participação e minimizem as barreiras à aprendizagem experienciadas por todos os alunos.

A democratização da educação nos possibilita o convívio um ambiente pedagógico e educacional mais justo e humano, que respeita todos os alunos, independente, de suas necessidades.

Costa (2007, p.17) afirma que a proposta da possibilidade de uma educação democrática e emancipadora,

[...] parece ser uma alternativa para a superação das diferentes significativas, marcadas pelas deficiências sensoriais, físicas e mentais, como obstáculo para o acesso e permanência na escola pública regular dos alunos com necessidades especiais.

A construção de uma escola democrática deve estar voltada para uma educação que atenda as questões da sociedade, colaborando para a construção de indivíduos menos individualistas e mais participativos na sociedade.

Pensar em indivíduos que sejam formados num ambiente que aborde princípios democráticos é de suma importância, já que não podemos constituir uma escola democrática com indivíduos autoritários. Paro (2008, p.25) assim afirma:

Democracia enquanto valor universal e prático de colaboração recíproca entre grupos de pessoas é um processo globalizante que

tendencialmente, deve envolver cada indivíduo na plenitude de sua personalidade. Não pode haver democracia plena sem pessoas democráticas para exercê-la. A prática de nossas escolas está muito longe de atender ao requisito implícito nesta premissa. Dificilmente teremos um professor relacionando-se de forma conseqüente num processo de participação democrático da comunidade na escola se sua relação com os alunos em sala de aula continua autoritária.

Com isto, se à formação dos estudantes for constituída em bases autoritárias, a reprodução por parte dos mesmos será possível de ser reproduzida. Para que haja a mudança, este modelo de educação precisa ser superado.

Para Freire (1993, p.88) só se aprende democracia fazendo democracia, pois:

Ninguém vive plenamente a democracia nem tampouco a ajuda a crescer, primeiro, se é interdito no seu direito de falar, de ter voz, de fazer o seu discurso crítico; segundo, se não se engaja, de uma ou de outra forma, na briga em defesa deste direito, que no fundo, é o direito também a atuar.

Desta maneira, é muito difícil, pensar em democracia em uma instituição de ensino que de fato não a pratica. Criar ideários não é o bastante para sua efetiva prática, é necessário modificações também quanto as ações. Segundo Paro (2000, p.59): “À medida que a sociedade se democratiza, e como condições dessa democratização, é preciso que se democratizem as instituições que compõem a própria sociedade”.

Ainda sobre esta mudança de consciência Freire (2001, p.112) afirma que:

[...] não há conscientização sem a tomada de consciência, mas nem toda tomada de consciência se alonga obrigatoriamente em conscientização. É neste sentido que a pura tomada de consciência a que falte a curiosidade cautelosa mas arriscada, a reflexão crítica, a rigorosidade dos procedimentos de aproximação ao objeto fica no nível do “senso comum.

Segundo o autor essa conscientização só será possível quando nos apropriarmos de uma consciência crítica, já que para o mesmo só se aprende democracia participando dela, ou seja, é mais do que conscientizar, é preciso que realmente se compreenda seus pressupostos.

Uma educação baseada nos princípios da democracia inclui fatores diversos, e dentre estes destacamos a mudança de comportamento do professor dentro das escolas. Quanto a isso Costa (2007, p.28) destaca quanto constituição da educação democrática



que “ela implica necessariamente, a organização das escolas e a formação de professores e demais profissionais da educação para o acolhimento da diversidade dos alunos”.

Os professores envolvidos com a escola democrática colaboram para a criação de cidadãos conscientes e que visam o respeito às diferenças e uma educação para todos, sem exclusões.

Na perspectiva da educação inclusiva, a democratização se faz então necessária para que o objetivo de uma educação para todos seja materializada, ressaltando a importância da formação dos professores baseada nos princípios de uma escola democrática.

Costa (2007, p.31) afirma:

[...] é importante que as políticas públicas de formação de professores, tanto inicial quanto continuada, contemplem o desenvolvimento da sensibilidade dos professores, para que eles possam pensar o planejamento e executar a prática pedagógica levando em consideração a demanda de seus alunos, considerando novas possibilidades de atuação junto a eles, ainda não presentes, em sua experiência histórica docente.

As mudanças que ocorreram em nossa trajetória histórica e política foram diversas, e por isso pensamos na concepção de educação pautada no respeito ao ser humano e suas peculiaridades. Tais mudanças geraram uma série de desafios para a sociedade, e um desses é a construção de uma pedagogia voltada para o desenvolvimento eficaz de todos os estudantes, garantindo e efetivando o sucesso escolar.

### **3.1. Debatendo o preconceito na escola contemporânea.**

A sociedade caracteriza-se por uma diversidade de pessoas, em diferentes aspectos, como ser negro/branco, alto/baixo, homem/mulher, magro/gordo, pessoas com necessidades especiais ou não. Distinções estas, que para serem consideradas como tal, parametrizam-se em padrões estabelecidos pela sociedade. Amaral, em seu texto “Diferenças e preconceito na escola”, afirma que: “Para falarmos de diferença, precisamos falar de semelhança, de homogeneidade, de normalidade, de correspondência a um dado modelo [...]” (1998, p.12). São inúmeras as diferenças, que

quando preconceituosamente destacadas, tornam-se a característica principal do indivíduo, o que gerar apelidos, ou ainda, ser utilizada para substanciar atitudes discriminatórias.

E o que será que vem a ser diferente para a sociedade contemporânea, considerando que em nosso cotidiano vivemos com os mais variados tipos de pessoas? E será que há realmente o preconceito, ou seria somente uma forma de evidenciar as diferenças? Com isto observamos que problematizar o que é ser diferente envolve distintos conceitos. Para a referida autora, o destaque dado às diferenças de cada um poderia ser somente para manifestar as possíveis características individuais que o indivíduo possa ter, e não necessariamente estar ligado à questão de conflitos radicais, que revelam o preconceito. Assim, para Amaral “são o contexto e as relações humanas que se estabelecem a partir de uma dada característica que sinaliza para o ‘significativamente diferente’” (p.13). Ou seja, mais que a diferença, são as atitudes para com estas que são mais complexas de se entender.

Amaral, com base no destacado, utiliza três parâmetros para definir esta diferença significativa, pressupondo que para a existência desta há eleições de critérios, os quais ela denomina: estatísticos (moda e média), de caráter estrutural/ funcional (integridade de forma/funcionamento), ou de cunho psicossocial, como o do "tipo ideal". Este último é a forma de atribuir valores e padrões a alguém, para que sejam socialmente aceitos, e quem se afasta deste poderá sofrer atos de preconceito. Assim afirma (p.14):

Todos sabemos (embora nem todos o confessemos) que em nosso contexto social esse tipo ideal- que, na verdade, faz o papel de um espelho virtual e generoso de nós mesmos - corresponde, no mínimo, a um ser: jovem, do gênero masculino, branco, cristão, heterossexual, física e mentalmente perfeito, belo e produtivo. A aproximação ou semelhança com essa idealização em sua totalidade ou particularidades é perseguida, consciente ou inconscientemente, por todos nós, uma vez que o afastamento dela caracteriza a diferença significativa, o desvio, a anormalidade. E o fato é que muitos e muitos de nós, embora não correspondendo a esse protótipo ideologicamente construído, o utilizamos em nosso cotidiano para a categorização/ validação do outro.

Considerando este último aspecto, sobre esta padronização, que o debate sobre o preconceito nas salas de aula se densifica, na busca pela perfeição do estudante, seja deficiente ou não, que atitudes discriminatórias surgem para dar ênfase a essa procura.

Segundo Amaral (1998, p.16) este preconceito na busca pela perfeição, com relação à questão da deficiência, encontra muitos entraves. Entraves estes caracterizados pelos próprios mitos que envolvem a questão. Estes mitos estão relacionados a tudo aquilo, que é desconhecido sobre a pessoa com necessidades especiais,

Quanto aos *mitos*, penso que o profundo abismo que separa o mito da realidade pode ser simbolizado como os fossos repletos de crocodilos dos castelos medievais. Brincando com a ideia, tenho nomeado esses hipotéticos crocodilos de preconceitos, estereótipos e estigma.

O caminho para se chegar ao entendimento sobre a realidade é um desafio que exige muitos esforços. Para a autora, baseado ainda em no seu texto destacado, esses “crocodilos” acabam por configurar um leque bastante grande de opções para a leitura tendenciosa da diferença física significativa/deficiência. Esse “leque”, citado por Amaral, faz referência a atitudes preconceituosas, reveladas na construção de conceitos formados pelos indivíduos sem que possamos antes ter conhecido tal diferença, ou seja, consiste na atribuição de valores e conceitos sobre determinada particularidade de uma pessoa, baseada em suposições.

Estas atitudes se confundem com os estereótipos, e dão ênfase as atitudes discriminatórias. Para a autora (1998, p.18), ao abordar o preconceito com relação à pessoa com deficiência, afirma que:

[...] encontramos também estereótipos específicos em relação aos tipos de deficiência, cada portador de necessidades especiais leva consigo além do peso de ser diferente, mas também apelidos, e conceitos sobre sua deficiência, como se todas fossem iguais.

Assim, relacionando os indivíduos com necessidades especiais e a sociedade, o preconceito parece mais ser com relação ao estereótipo do que propriamente com o indivíduo e sua necessidade especial.

Ainda podemos também nos deparar com determinadas pessoas que optam como alternativa fingir uma aceitação, para minimizar o seu sentimento de fragilidade perante tal diferença. Muitas pessoas simulam e se escondem para não dizer o que realmente pensam, mas carregam consigo o preconceito. Amaral (1998) denomina este como um

mecanismo de defesa. São exemplos variados desse mecanismo como é paralítico, mas tão inteligente, é negro, mas tem alma de branco, revelando o preconceito não só ao deficiente como com relação a inúmeras outras diferenças. Estas atitudes manifestam-se nos que procuram negar a diferença, através de uma falsa compreensão sobre as mesmas.

O cotidiano, e seus preconceitos, revelam uma inegável realidade social, uma vez que os envolvidos são os próprios responsáveis pela existência dos estereótipos. Refletindo um pouco sobre como mudar esta situação, pensamos na escola como um ambiente de aprendizagem que contribui para a formação da identidade das crianças. A partir disto, podemos entender o quão é necessária a convivência dos estudantes com necessidades especiais com os que não são considerados como tal, oportunizando a desconstrução de estereótipos que subjazem o preconceito.

A escola deve se basear em novos métodos e instrumentos para atender a toda esta diversidade presente na realidade social. Amaral (1998, p.22) afirma:

[...] acredito firmemente que Educação é uma só, embora tenha de adaptar-se, de acordo com suas necessidades especiais, para bem prestar seus serviços à comunidade. Brincando com as ideias; diria que a Educação, como cada um de nós, deve escolher a roupa adequada para os dias frios assim como para os de . calor, os alimentos compatíveis 'com o:horário e/ou clima, os comportamentos para as situações de alegria ou de tristeza, as expressões emocionais para momentos públicos ou de intimidade ...-Enfim, escolher o melhor (para cada um de nós e ,para aqueles que nos cercam) para um melhor viver.

Então, o professor e todos os atores da escola precisa-se ser corajoso e também estar aberto para as mudanças, oportunizando a criação de um espaço para a conscientização de todos os envolvidos no ambiente escolar, objetivando a superação dos estereótipos que obstam o processo de inclusão. É necessário que a presença dos estudantes com necessidades especiais seja compreendida e significada como oportunidade de aprendizado sobre as diferenças humanas.

E parafraseando Amaral (1998, p.21) :

Quero com isso dizer que a experiência mostra que precisamos sempre retomar, retomar, retomar [...] o tema, mesmo que isso tenha

um certo ar de desalento, pois como dizia minha sábia avó: "água mole em pedra dura tanto bate até que fura".

### **3.2. Preconceito com relação às pessoas com necessidades especiais, o que a mídia vem divulgando?**

O fato de o preconceito ser tão comum com os estudantes com necessidades especiais é algo que já foi abordado nos capítulos anteriores, porém outro fator que não pode ser esquecido e deve ser bem destacado, é a questão de quanto à sociedade tem responsabilidade de lutar contra tais preconceitos, não se reduzindo a esfera dos que vivem esta condição e/ou familiares. É necessária uma ação conjunta, para além dos dispositivos legais, mas também com as atitudes do cotidiano.

Assim, a mídia impressa e falada, veículos de comunicação dos mais fluentes na contemporaneidade, tem a sua grande parcela de participação tanto no combate contra o preconceito, como também e lamentavelmente, na disseminação do mesmo. Exemplificando este último, relatamos um fato interessante que ocorreu no ano de 2006. As novelas hoje em dia abordam temas polêmicos, que objetivam promover esclarecimento sobre o assunto para a redução/eliminação de preconceitos. Em uma determinada novela, neste referido ano, um destes temas foi com relação à síndrome de down. Neste mesmo ano, a atriz com síndrome de down ganhou um prêmio. Cabe problematizar: será que realmente ela foi digna do prêmio, ou o sentimento de pena/comiserativo que muitas vezes são atribuídos aos que possuem necessidades especiais foi acionado? Este assunto foi muito discutido na época, pois se debateu amplamente se tal premiação tinha sido justa. Um site divulgou<sup>3</sup>:

O fato de ela ter Síndrome de Down não deveria trazer vantagem a ela sobre os outros concorrentes (o que realmente aconteceu, pois, é claro que houve outros atores e atrizes, que trabalharam com excelência tanto quanto a dela). Logo, torna-se vulgar a intenção da emissora de mostrar que os portadores da SD não devem enfrentar preconceito no cotidiano, mostrando esse tipo de exemplo. Mostrar a todos esse tipo de diferença, só faz aumentar o preconceito.

---

<sup>3</sup> Disponível em: [www.brasilwiki.com.br/noticia.php?id\\_noticia=976](http://www.brasilwiki.com.br/noticia.php?id_noticia=976) Acesso em: 6 de maio de 2011 às 14:00

Quando são veiculadas notícias como a divulgada acima, as pessoas com necessidades especiais são colocadas em uma posição de vítima, reforçando ainda mais as atitudes discriminatórias.

A mídia poderia utilizar de sua capacidade de disseminação para lutar contra o preconceito, e não dar certo tratamento a temática que induza o aumento de certos mitos, reforçando a discriminação.

Segundo Crochik (1995, p.213):

[...] nos dias de hoje, os meios de comunicação de massa, principalmente a televisão e o rádio, exercem papel importante na formação dos indivíduos, quer pelas informações transmitidas, quer pela interpretação que dão a elas, quer pelos modelos de atuação que nos fornecem. Eles poderiam colaborar no combate, ao preconceito, primeiro através de uma auto vigilância sobre a sua programação, para conter aquilo mesmo que facilita o preconceito: o apreço pela vitória e o desprezo pelo perdedor, a ridicularização do corpo idealizado, o culto ao corpo de forma geral, e a desvalorização dos intelectuais. Se a justificativa que por vezes dão a seus programas que exibem a violência é de que ela ocorre na realidade é muito mais diversificada do que eles mostram e, assim, em igualdade de condições esta diversidade deve ser também apresentada.

A sociedade atual encontra-se muito dependente ao que a mídia divulga devido à importância a que ela é atribuída. Assim, quando assuntos são transmitidos de forma equivocada, colaboram para o crescimento e massificação de ideias preconceituosas, seja ela qual for. Desta maneira, devemos criticizar o que está sendo divulgado pela mídia e se realmente acreditamos que há sempre contribuição para a formação do indivíduo consciente. Crochik (1995, p.214) afirma:

Se o impedimento da auto-reflexão, dificulta a própria reflexão sobre a realidade e a possibilidade de ser conviver com aqueles que representam o diferente, um clima cultural geral, que poderia ser criado por estas instâncias entre outras, poderia se voltar para a formação de um indivíduo que vise a sua auto-consciência, para poder exercer a sua autonomia reconhecendo os limites que são dados a ela e resistir a aderir à ideários irracionais e a lutar para modificar aquilo mesmo que gera esta irracionalidade.

Programas voltados para a promoção do respeito entre os indivíduos merecem destaque e devem ser analisados de forma crítica, com vistas a promoção de uma sociedade que reconheça/aceite as diferenças humanas.

A televisão, os jornais, entre outros poderosos instrumentos de comunicação de massa, são uma referência para milhões de pessoas. Suas mensagens são valiosas para a propagação, significação e mudança de valores.

O site do jornal “O GLOBO”<sup>4</sup> divulgou em 2010, a seguinte notícia de uma pesquisa sobre o preconceito e discriminação nas escolas :

SÃO PAULO. Em geral, 99,3% das pessoas envolvidas nas escolas brasileiras - alunos, professores, diretores, profissionais da educação e pais - têm alguma atitude preconceituosa. O tipo de preconceito mais comum nas escolas é contra as pessoas com necessidades especiais, admitido por 96,5% dos 18,6 mil entrevistados em pesquisa feita em 2009 pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.

A notícia aborda dados interessantes sobre a questão do preconceito, revelando uma realidade precisa ser conhecida e debatida por autoridades e pelas escolas. Notícias como a destacada acima problematizam a questão do preconceito com relação aos estudantes com necessidades especiais, tanto com relação a uma denúncia do caso exposto, como também é um incentivo à procura de soluções para que se possa reverter este cenário. A mídia, quando se torna um mecanismo de diagnóstico e crítica das realidades antagônicas do mundo, pode contribuir para desmistificar conceitos e mitos com relação às pessoas de necessidades especiais.

Os meios de comunicação de massa possuem a facilidade de atingir aos mais diversos tipos de pessoas, com diferentes níveis econômicos, de faixa etária distintas, e por isso, utilizá-los a favor da sociedade é importante para a construção de uma cidadania crítica e emancipatória.

---

<sup>4</sup> Disponível em: [www.oglobo.globo.com/educacao/mat/2010/05/07](http://www.oglobo.globo.com/educacao/mat/2010/05/07) Acesso: 18 de maio de 2011 às 20:00

## **CAPÍTULO 4:**

### **Preconceito na escola pública: um estudo de caso.**

O direito a liberdade e o respeito à dignidade humana deve ser estabelecido a todos os membros da sociedade. Se antigamente a discriminação estava presente e era comum aos considerados mais frágeis, hoje podemos contar com a existência de leis que estabelecem o propósito de não permitir que aos seres humanos sejam negados uma vida plena, sem serem excluídos. Porém isso não determina que as possíveis atitudes discriminatórias e desprezo com outro indivíduo sejam inexistentes, lamentavelmente este, não é um fato raro.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos contribui afirmando o respeito ao indivíduo, independentemente de suas diferenças. Ratifica que todos são iguais perante a lei em direitos e deveres, e os mesmos devem ser estabelecidos sem qualquer forma de distinção. Assim afirma (1948):

Artigo I - Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

E acrescenta no artigo II:

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

A escola sendo um ambiente diversificado, onde há materialidade das diferenças humanas, também é um local propício a manifestação dos indivíduos preconceituosos. Pode tanto contribuir para o convívio entre/com as diferenças, como por outro lado, a reunião de diversas formas de ser e estar no mundo pode provocar um choque que resultará no surgimento do preconceito. O bullying, um dos assuntos mais debatidos nas escolas no momento, é um exemplo dessas atitudes discriminatórias perversas com um determinado indivíduo considerado frágil aos olhos do opressor.



Bullying<sup>5</sup> é um termo utilizado para descrever atos de violência física ou psicológica, intencionais e repetidos, praticados por um indivíduo (do inglês bully, "tiranete" ou "valentão") ou grupo de indivíduos com o objetivo de intimidar ou agredir outro indivíduo (ou grupo de indivíduos) incapaz(es) de se defender. Também existem as vítimas/agressoras, ou autores/alvos, que em determinados momentos cometem agressões, porém também são vítimas de assédio escolar pela turma.

As escolas, por conviverem com esta realidade, devem compreender a importância de trabalhar com a diversidade, de forma a oportunizar seus estudantes a significação das diferenças como características humanas e não marcas para hierarquização entre indivíduos.

Os indivíduos preconceituosos trazem consigo a marca da intolerância, também influenciada pelos estereótipos produzidos pela sociedade. É com base neste fenômeno, relacionado ao processo de inclusão de estudantes com necessidades especiais, que este estudo se debruça.

#### 4.1 A pesquisa.

Para a realização deste estudo estabelecemos aproximação com uma instituição de Ensino Fundamental, a Escola Municipal Lima<sup>6</sup>, objetivando compreender como vem ocorrendo a inclusão de estudantes com necessidades especiais no *locus* da pesquisa e sua relação com possíveis rejeições e/ou atitudes de discriminação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório, visto que esta concepção metodológica nos permite aguçar a percepção sobre as variáveis que nos interessavam. Segundo Minayo (1994, p.22):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa [...], com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Bullying> Acesso em: 30 de maio de 2011 às 15:00

<sup>6</sup> Neste estudo, identificamos o *locus* da pesquisa por um pseudônimo para manter em sigilo sua real identidade.

A intenção desta pesquisa não estava ligada a quantificação das pessoas afirmadamente preconceituosas na escola *lócus* do estudo, mas a identificação e caracterização de atitudes preconceituosas que poderiam estar ocorrendo com os estudantes com necessidades especiais nas salas de aula regulares.

A existência de uma escola sem segregações, como é a proposta da educação inclusiva, é o eixo central deste estudo. Procuramos observar como as escolas se comportam diante desta realidade que objetiva a eliminação de todas as formas de exclusão de pessoas.

O primeiro passo para que entendamos a complexidade que envolve a inclusão dos estudantes com necessidades especiais é identificar a existência e as causas das discriminações existentes, pois eliminada as causas se eliminam as consequências.

#### **4.1.2 Caracterização da escola e dos sujeitos da pesquisa.**

A referida escola pertence à rede pública municipal, está localizada em uma comunidade carente da Zona Oeste do Rio de Janeiro e possui estudantes com necessidades especiais incluídos em suas classes.

O ambiente da escola é bem arejado, possui três andares, tem uma sala para as refeições e o espaço para a educação física que se localiza no primeiro andar. No segundo andar ficam os estudantes menores, as salas dos diretores, coordenadores, e a biblioteca. No terceiro e último andar, estão os estudantes maiores e a sala de informática. Ainda contam com uma sala de recursos, na qual os estudantes com necessidades especiais se dirigem depois do horário das aulas, ou seja, no contraturno. Como a referida sala não consegue atender a todos simultaneamente, as atividades se realizam considerando uma escala, que tem dias e horários diferentes para os estudantes.

A instituição possui estudantes incluídos surdos, autistas, com síndrome de down e com limitações físicas/motoras.

Os sujeitos da pesquisa são cinco professoras que atuam diariamente com os estudantes com necessidades especiais. Estas têm nível superior e não possuem conhecimentos aprofundados na área. As mesmas possuem entre vinte e oito a quarenta anos de idade, e seu tempo de magistério variam de cinco a trinta anos de experiência. Há a existência de uma professora de educação especial na sala de recursos e uma

intérprete, especialista em língua brasileira de sinais, que uma vez por semana está na escola.

O questionário utilizado como um dos instrumentos de coleta de dados da pesquisa foi aplicado somente às professoras que trabalham nas salas inclusivas, uma vez que seriam estas profissionais que poderiam efetivamente trazer elementos substanciais a esta pesquisa.

Também foi utilizado como instrumento de coleta de dados um diário de campo, com registros do cotidiano das salas de aula, que construímos no decorrer do estágio que realizamos no ano de 2010 nesta mesma escola.

#### **4.1.3 Concepção metodológica.**

Caracterizada a pesquisa como qualitativa de cunho exploratório, para a realização deste estudo utilizamos determinados procedimentos metodológicos, como a elaboração de um diário de campo e de um questionário (em anexo), por entendermos que estes instrumentos viabilizariam a coleta dos dados que desejávamos.

De acordo com Gil (2008, p.115) o questionário é “[...] um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado” e por isso “[...] apresentará sempre algumas limitações”. Por isso era relevante ter outro instrumento de coleta de dados, o que permitiria estabelecer relação com as experiências vividas *in loco*.

O questionário só foi aplicado após a autorização da direção da escola, que requisitou um tempo para analisar as perguntas, determinando que buscasse no outro dia, pois imediatamente não poderiam responder devido ao tempo disponível naquele momento. A entrada na escola foi sem complicações, devido ao livre acesso que obtive no decorrer no ano passado no período em que realizei na escola um estágio extra-curricular.

As cinco professoras, atuantes nas classes inclusivas, no momento da entrega e da coleta do questionário, estavam desenvolvendo suas atividades em sala de aula. Assim, as docentes foram escolhidas pela própria diretora. Foi utilizado um questionário com dezoito perguntas, que podem ser agrupadas em duas categorias: caracterização de sujeitos participantes da pesquisa e questões/investigação do estudo.

Na análise e discussão dos resultados apresentamos às informações obtidas com o questionário em concomitância a exposição de alguns relatos do diário de campo. Ao

final deste estudo realizamos as análises crítico- reflexivas. As perguntas do questionário encontram-se organizadas em categorias e sub-categorias de análise e as professoras foram identificadas por “A”, “B”, “C”, “D” e “E”.

#### **4.2 Narrativas de experiências docentes: a inclusão escolar na Escola Municipal Lima.**

Inicialmente como contribuição para reflexão sobre o tema abordado, faça um breve relato sobre a minha experiência como estagiária no local da pesquisa. Durante seis meses pude conviver com a realidade da educação inclusiva em uma escola da rede pública de ensino, devido a um estágio oferecido pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. E nesta trajetória identifiquei desafios e possibilidades com relação à inclusão dos estudantes com necessidades especiais.

Lamentavelmente, encontrei alguns entraves antes de iniciar o estágio na Escola Municipal Lima, o que contribuiu para a realização deste trabalho. Durante este período realizei um diário de campo em que descrevi todas as dificuldades e obstáculos encontrados. Assim, destaco as minhas considerações iniciais do diário:

“Apresentei-me em uma determinada escola com alunos incluídos, e já pude me deparar com uma situação talvez muito comum nessa área de inclusão, o preconceito. Neste mesmo dia observei como a minha presença era algo que incomodou muito a escola, começando pela demora do atendimento, e depois pela reação da diretora ao saber que eu era uma estagiária que viria para dar uma colaboração à professora de uma classe regular com alunos incluídos. A diretora em um primeiro momento se posicionou ao meu lado e pediu que eu explicasse tudo aquilo que me foi informado no local à que me destinou a esta escola, pois a mesma não fazia ideia da existência desse estágio”.

A situação era no mínimo deprimente, uma vez que todas as escolas da rede municipal haviam sido informadas da existência de um projeto com o envio de estagiários para o apoio a inclusão dos estudantes com necessidades especiais, e mesmo assim a instituição criou vários impasses, determinando por diversas vezes o retorno dos estagiários à Secretaria de Educação, até que obtivessem alguma resposta.

Foram muitas “idas e vindas”, e o incômodo imenso com a presença de

estagiários era perceptível nos olhos das professoras, coordenadoras e diretora. Em cada retorno a escola, apresentavam uma impossibilidade diferente. Chegaram a negar existência de estudantes com necessidades especiais incluídos na escola. No diário registrei:

“Sinceramente perdi as contas de quantas vezes fui mandada de um lugar para outro. E lá começa a minha saga novamente [...] E mais uma vez fui convidada a me retirar da escola sem começar o estágio, pois ela disse que naquele local não existia alunos incluídos e que então eu não poderia realizar determinado estágio”.

Esta escola demonstrou, por diversas maneiras, que não apoiavam o projeto, não somente negando tal apoio oferecido pela Secretaria Municipal de Educação, mas os depoimentos das próprias docentes afirmavam que se aceitassem a ajuda oferecida seria um sinal de que os estudantes com necessidades especiais poderiam permanecer ali.

Em sua maioria estas professoras queriam imputar dificuldades e obstáculos, recusando a permanência dos estudantes nas salas inclusivas. Ouvei este depoimento de uma professora enquanto aguardava para conversar com a diretora. Lembro-me de minha reação paralisada com tamanha frieza. Este fato contribuiu para a reflexão sobre “o que se passa por traz da inclusão”? Ao tratar mal os estagiários, o que não se faz com os estudantes com necessidades especiais incluídos naquela escola?

O resultado de tal cenário foi que todos os estagiários foram encaminhados a outra escola. Nesta outra, a Escola Municipal Lima, diferentemente do caso exposto, não houve resistência ao meu acolhimento, a recepção foi humana/solidária e finalmente pude iniciar minhas atividades nas classes inclusivas. Nesta escola pude observar atitudes preconceituosas, assim como também reconheço o esforço dos profissionais para a superação dos estereótipos e atitudes discriminatórias.

Constatei que os professores estão despreparados para trabalhar com a inclusão dos estudantes com necessidades especiais, o que era reconhecido pelas próprias professoras em nossas conversas, que revelaram, inclusive, a dificuldade de reconhecer se os estudantes surdos e autistas estavam aprendendo ou não.

É também perceptível como ainda há a exclusão dos estudantes com necessidades especiais em determinadas tarefas. Por algumas vezes não realizavam algumas atividades, pois se pressupunha que os mesmos eram incapazes de realizar tais

tarefas, não oferecendo sequer a oportunidade.

Para exemplificar esta constatação, destaco um fato acontecido. Em uma dada atividade os estudantes deveriam ajudar na elaboração coletiva de uma poesia completando as frases, falando em voz alta, para que a professora registrasse no quadro. Os alunos surdos foram privados de participar. Neste momento, realizavam outras atividades ou dormiam. Tal exemplo é revelador sobre a compreensão que ainda se tem sobre a deficiência: impedimento e/ou incapacidade.

Por outro lado e felizmente, nesta escola não havia resistência para aceitar os estudantes com necessidades especiais. Ao contrário, aceitavam mesmo reconhecendo que não estavam preparados para atuar em consonância com os princípios da educação inclusiva. Os professores também revelavam a importância da participação do estagiário neste processo, ratificando a dificuldade de estar dentro de uma sala de aula com tantas diferenças. Afirmavam que com o apoio dos estagiários estavam identificando progresso escolar dos estudantes com necessidades especiais.

#### **4.3 Construindo cenários: análise dos dados da pesquisa.**

Os ambientes escolares são espaços de inesgotável complexidade. É uma realidade ainda mais problematizadora quando tratamos de assuntos relacionados ao preconceito. Assim, com base no questionário proposto, investigamos como a educação inclusiva está ocorrendo nas classes regulares de ensino, afim de que possamos identificar se há obstáculos e se existe relação entre estes e o preconceito em relação aos estudantes com necessidades especiais.

#### **Categoria de análise - Caracterização dos sujeitos participantes da pesquisa: aspectos pessoais e profissionais**

##### **Quanto a sexo e idade.**

Dentre as cinco professoras entrevistadas são todas do sexo feminino e correspondem as seguintes idades: “A”- 27 anos, “B”- 28 anos, “C”- 34 anos, “D”- 40 anos e “E” - 48 anos.

É possível identificar que a diferença de idade entre os professores é considerável, o que revela momentos da formação inicial em décadas diferentes, com concepções educacionais e pedagógicas também diferentes, considerando a dinâmica do ser e fazer escola, sobretudo em relação à educação inclusiva, que só se densificou no Brasil na segunda metade da década dos anos 1990 do século passado.

**Quanto ao tempo de magistério, os níveis em que atuam e a formação profissional.**

“A”- Três anos; Atua no 1º e 2º anos do Ensino Fundamental; Formada no curso profissionalizante de magistério e possui graduação em Pedagogia. Sem pós-graduação.

“B”- Cinco anos; Atua no 1º; 6º, 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental; No Ensino Médio e Ensino Superior; Graduada em Geografia; Tem curso de extensão em Educação de Jovens e Adultos (EJA). Sem pós-graduação.

“C”- Dez anos; Atua no 1º segmento do Ensino Fundamental; No Ensino Médio e no Ensino Superior; Graduação em Letras; Tem curso de extensão de Libras. Sem pós-graduação.

“D”- Vinte e três anos; Atua no 3º ano do Ensino Fundamental; No Ensino Médio e em classes especiais; Formada no curso profissionalizante de magistério; Graduada em História; Curso de extensão em educação inclusiva. Sem pós-graduação.

“E”- Trinta anos; Atua no 4º ano do Ensino Fundamental; Formada no curso profissionalizante de magistério; Graduada em Psicologia; Tem curso de extensão em educação infantil. Sem pós-graduação.

No que se refere aos níveis de atuação, todas trabalham com o Ensino Fundamental e duas professoras tiveram contato com educação especial, o que para estas é um fator importante, visto que já vivenciaram experiências no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com necessidades especiais.

A formação das docentes se diferencia bastante, no que se refere a graduação. Afirmam que pouca/nenhuma discussão sobre a educação inclusiva foi vivida durante a formação inicial. Algumas professoras realizaram cursos de extensão e duas relacionadas à educação inclusiva, o que tende a colaborar para o trabalho nas classes inclusivas. Nenhuma professora realizou estudos em nível de pós-graduação.

**Categoria de análise - Questões/investigação do estudo.**

**Quanto ao conhecimento das professoras sobre educação inclusiva, relacionado a disciplinas ou cursos na área, e como se manter atualizadas sobre o tema.**

“A”- Não fez nenhum curso em educação inclusiva; Na graduação teve uma pequena abordagem sobre o tema; A prática do dia-a-dia; Para se atualizar no tema pesquisa na internet e troca experiências dos colegas.

“B”- Não fez nenhum curso em educação inclusiva; Não estudou assuntos relacionados ao tema em sua graduação; Não conhece nada sobre o tema; Por nunca ter trabalhar com crianças incluídas, só agora se interessou pelo tema procurando apoio na internet.

“C”- Fez cursos de capacitação em educação especial; Não estudou temas relacionados à educação inclusiva; Que a proposta da educação inclusiva é boa, mas está sendo implementada sem qualquer condições; Para se atualizar realiza pesquisas sobre o tema e estuda as leis e o papel do poder público diante da educação inclusiva.

“D”- Fez curso de especialização no IHA (Instituto Helena Antipoff); Não estudou profundamente os assuntos relacionados à educação inclusiva em sua graduação, porém é no IHA que encontra apoio.

“E”- Estudou disciplinas relacionadas ao tema na graduação; Acredita que a educação inclusiva é a base para uma sociedade melhor; Para se manter atualizada faz cursos promovidos pela SME e participa de comunidades nas redes sociais, acompanhando sempre que pode as notícias da mídia.

A maioria das professoras informou que não estudaram o tema em suas formações inicial e/ou continuada, situação que as colocam em desvantagem, sendo obrigadas muitas vezes a improvisar. Para se manterem informadas e ampliarem seus conhecimentos sobre o tema recorrem à internet, devido ao tempo que dispõem ser escasso. Porém, o que mais enfatizam como enfrentamento para os desafios da inclusão são as experiências empíricas desenvolvidas no cotidiano, ou seja, é na prática da sala de aula que realmente adquirem conhecimentos para trabalhar com os estudantes com necessidades especiais.

**Quanto ao que pensam e se acreditam na inclusão de estudantes com necessidades especiais, relacionando a formação docente.**

“A”- Para esta a inclusão é algo muito complicado e vem acontecendo de forma errada; Não se sente preparada para lidar com a inclusão, pois não há recursos, nem preparo do



professor, bem como o espaço físico; Na grande maioria das vezes, acredita que os alunos com necessidades especiais não podem se escolarizar com os demais.

“B”- Esta não acredita na inclusão em classes regulares; Não se sente preparada para atuar com a inclusão; Quanto à escolarização afirma que os alunos com necessidades especiais podem se escolarizar sim, mas não com os que não possuem necessidades especiais, a aprendizagem dos incluídos é bem mais lenta.

“C”- Para esta a inclusão até o momento vem sendo realizada de forma imprudente, irresponsável e desumana; Quanto à escolarização acredita que cada caso deve ser analisado devendo haver flexibilidade para a escolha da melhor ação com vistas ao atendimento destes alunos.

“D”- Para esta professora, pela sua experiência, há a necessidade de adaptações curriculares além de uma melhor acessibilidade de acordo com as necessidades especiais dos alunos; Quanto a escolarização ela acredita que a situação é bem complexa e para que haja um real avanço é necessário uma parceria entre toda comunidade escolar, além de investimento em oficinas que desenvolvam as habilidades de cada um, bem como adaptações curriculares e atendimento com professores especializados.

“E”- Para esta a inclusão é necessária, no entanto diz não existir suporte técnico suficiente, por isso compromete a atuação do professor em turmas super lotadas; Quanto à escolarização ela acredita que todos podem juntos, desde que tenham todo o aparato necessário para a inclusão efetiva.

Quando as professoras se debruçam sobre o significado da educação inclusiva, quatro delas manifestam a importância da existência da mesma, porém demonstram uma profunda decepção no que se refere à forma como ela está ocorrendo na escola, e apenas uma não acredita na inclusão. Para as que acreditam alguns aspectos precisam ser considerados na inclusão, como a necessidade de uma adaptação curricular e a presença de professores especializados nas escolas regulares, o que não vem ocorrendo. Afirmam, ainda, que não se sentem preparadas para atuar com estudantes com necessidades especiais na sala de aula regular.

Duas professoras acreditam que não existe a possibilidade de todos os estudantes, com e sem necessidades especiais, estudarem juntos, enquanto que as outras admitem que somente com uma mudança geral na organização do trabalho escolar se poderá de fato promover a inclusão. Esta observação é relevante, visto que para uma

mudança na escola se precisam superar os métodos e concepções pedagógicas homogeneizadoras.

Segundo as docentes, as manifestações de incômodo com a presença dos estudantes com necessidades especiais é uma consequência do despreparo das instituições de ensino. Porém, estas questões podem estar atreladas ao preconceito. Crochík (1995) afirma que alguns indivíduos “evitam” a realidade onde estão imersas, o que contribui para a manifestação dos preconceitos, pois pelo “medo” de encarar a realidade produzem falseamento da mesma, em geral de forma inconsciente.

Nesse sentido, a defesa das professoras apontando somente as impossibilidades da inclusão escolar pode revelar não só os obstáculos do processo, como também a idéia que nutrem sobre as necessidades especiais e sobre os limites/capacidades humanas.

**Quanto à existência de manifestação de preconceito com relação aos estudantes com necessidades especiais e atitudes pedagógicas empregadas pela escola.**

“A”- Não observa nenhuma atitude de preconceito, porém há uma dificuldade muito grande na inclusão dos alunos; Caso venha a acontecer alguma dessas atitudes resolveria na base da conversa.

“B”- Não observa atitudes de preconceito entre os alunos e todos se mostram bem solícitos aos incluídos; Caso viesse a acontecer utilizaria o diálogo para abordar a questão, demonstrando que eles precisam do apoio de todos.

“C”- Observa atitudes de preconceito algumas vezes, mas não são situações difíceis de reverter por parte dos alunos, porém em sua grande maioria possuem boa aceitação; Caso ocorra, procura mostrar que as diferenças existem e que aceitá-las é o melhor caminho e que podemos conviver com elas já que todos temos limitações.

“D”- Para esta o termo não é necessariamente preconceito, mas sim falta de especialização que causa ansiedade e frustração no profissional que não foi orientado para atender as necessidades desses alunos; Caso ocorram tais atitudes a solução é utilizar um processo de sensibilização, o que pode não surtir efeito imediato e requer um trabalho direcionado ao respeito às diferenças.

“E”- Esta observa as atitudes de preconceito, principalmente no início do ano; Caso ocorra, busca resolver o assunto promovendo a reflexão sobre a diversidade humana.

Revelar que há a existência do preconceito, não é algo fácil. E isto é identificado quando uma das professoras revela que o termo não seria necessariamente este, esta

afirma que é a falta de preparo do professor que pode declinar em atitudes materializadas na dificuldade na aceitação.

Outras duas professoras afirmam a existência do preconceito, algumas vezes, e uma destas revela que possíveis atitudes se apresentam com maior incidência no início do ano letivo, previsivelmente, uma vez que muitos estudantes nunca tiveram contato com pessoas com necessidades especiais. Assim, há o impacto inicial, ou ainda, impulsionado pelas esferas exteriores a escolas assumem um papel reprodutor de atitudes discriminatórias.

Quando questionadas sobre como reagiriam caso presenciassem atitudes de preconceito, unanimemente responderam que privilegiariam o diálogo. O que de fato não se evidenciou em minhas observações, visto que no início do ano pouco se falou sobre os estudantes com necessidades especiais, apenas foram apresentaram. É no dia-a-dia, nas interações, que estudantes sem necessidades especiais aprendem sobre os que possuem. Assim, com também presenciei em uma determinada turma que em atividades em grupo estudantes com necessidades especiais não eram escolhidos para realizar o trabalho proposto, o realizando sem grupo, ou ainda, com outros estudantes com necessidades especiais, sem que houvesse a intervenção da professora.

### **Quanto à competência/organização pedagógica da escola para a promoção da educação inclusiva.**

“A”- Utiliza materiais concretos, jogos, vídeos; A escola oferece suporte para atuar com os alunos especiais através da sala de recursos que auxilia no desenvolvimento dos mesmos; Quanto a acessibilidade arquitetônica acredita que muita coisa precisa melhorar .

“B”- Não utiliza nenhum recurso didático pedagógico e não vê apoio da escola, somente o apoio da estagiária; Para esta o atendimento aos alunos especiais só é favorável quando não estão incluídos, mas quando estão em uma classe especial; Quanto a acessibilidade arquitetônica afirma que a escola oferece rampas e os especiais, em sua maioria, estudam no térreo.

“C”- Utiliza jogos, músicas, textos e outros; Quanto a escola esta oferece como suporte sugestões de atividades e a mesma se mantém presente em vários aspectos (não destacou quais); Não respondeu quanto a acessibilidade arquitetônica.

“D”- Para esta pela dificuldade de abstração é necessário uso de materiais concretos e estas adaptações evoluem a valorização dos conteúdos e objetivos acessíveis,

respeitando o tempo de resposta de cada aluno, e ainda afirma que se deve valorizar as habilidades e acreditar na superação. Por parte da escola todas as turmas possuem estagiárias que dão suporte, além do atendimento educacional especializado no contraturno; E na percepção da escola para o atendimento aos que possuem necessidades especiais esta acredita que a mesma está num processo que requer constante reflexão e aperfeiçoamento, e a participação da família ainda é um trabalho de conquista; E quanto à acessibilidade arquitetônica necessita de aprimoramento.

“E”- Utiliza imagens, jogos dramáticos e lúdicos, vídeos e por parte da escola acredita que existe apoio sim da mesma, pois aceitam a flexibilidade nas diferentes práticas pedagógicas e estão sempre dispostos a discutir os problemas e buscar uma solução; A percepção sobre esta escola em relação ao atendimento aos que possuem necessidades especiais acredita que na medida do possível é boa para uma instituição pública que não dispõe de total autonomia.

No que se refere aos recursos didático-pedagógicos para trabalhar a diversidade em sala de aula, quatro professoras assumem que os utilizam e revelam a importância dos mesmos. Segundo suas narrativas, com tais recursos a aprendizagem se torna mais dinâmica e o estudante pode revelar um maior interesse, o que facilitaria muito no entendimento, como no caso, sobre a diversidade. Apenas uma professora demonstra que não os utiliza, reafirmando sua dificuldade de aceitação em relação à inclusão dos estudantes com necessidades especiais. Todas as professoras, apesar de revelarem que a escola não oferece a estrutura ideal para os estudantes com necessidades especiais, afirmam que o atendimento é bom no que se refere ao apoio das estagiárias, nos diálogos sobre o tema, nas sugestões de atividades, no apoio da sala de recursos. Todas as professoras das salas inclusivas afirmam que na escola há uma estrutura física razoável para o deslocamento e bem-estar dos estudantes com necessidades especiais.

### **Contribuições para além do questionário das professoras “B”, “C” e “D” .**

“B”-“Eu como professora não me sinto preparada para trabalhar com crianças especiais. Sinto que se nós recebêssemos mais apoio o trabalho seria mais eficiente.”

“C”-“O ensino brasileiro está longe de ser o ideal, ou melhor, o necessário em relação à educação especial. Ainda necessita-se de um olhar mais profundo e boa vontade política para este segmento. Podem ser citados alguns itens básicos como preparação dos

profissionais de educação e acompanhamento médico paralelo em parceria. Itens essenciais que são negligenciados.”

“D”-“Para finalizar a superação dos alunos integrados quanto as dificuldades encontradas, necessitamos do atendimento no contra-turno, pois oferece: auxílio ou equipamento adaptativo, orientações por meio de sinalizações, possibilidade de estender a duração de tempo das atividades e/ou avaliações aplicadas, intervalos nas sessões dos testes e até realização em vários dias. decisões tomadas e respaldadas por profissionais capacitados. Devemos limitar as variáveis no ambiente. Muitos alunos sofrem de sobrecarga sensorial, portanto, devemos manter a acessibilidade e consistência das informações ao redor.”

Finalizando o questionário, obtivemos diversas contribuições que nos permitem compreender e problematizar o cenário da educação inclusiva na contemporaneidade, em especial analisar que o preconceito ainda persiste na escola em relação aos estudantes com necessidades especiais.

Convivemos em um mundo repleto de ambigüidades, quando falamos sobre discriminações e preconceitos. Se por um lado são visíveis indivíduos que agem preconceituosamente, por outro, há os que afirmam que não possuem nenhum tipo de preconceito, mesmo cometendo atitudes de discriminação.

Além da dificuldade de convívio com as diferenças individuais, o preconceito também está relacionado ao desejo de perfeição, e a nossa percepção de como deveriam ser as coisas e os anseios por um mundo ideal aos nossos olhos incitam a manifestação das discriminações. A necessidade de obedecer a padrão(ões) e reproduzir modelo(s) auxilia(m) na formação do preconceito.

Nas instituições de ensino, a idealização do estudante perfeito colabora para o desprezo daquele(s) que não se adéqua(m) a esta padronização. Quanto mais tentamos nos aproximar de um padrão, mais nos afastamos da realidade e contribuimos para a formação dos preconceitos. A proposta é justamente ao contrário, é a convivência com a diversidade, ou seja, com as diferenças humanas, que poderemos experimentar a ambiência enriquecida pelo convívio entre as diferentes subjetividades, o que poderá ser determinante na superação dos preconceitos.

#### **4.4 Estabelecendo relações: as narrativas dos professores frente ao cenário da pesquisa.**

Numa comparação entre os dados coletados no questionário e minhas observações no diário de campo, é possível afirmar que não há disparidades entre o afirmado e o observado.

Se por um lado existem professores que não acreditam na educação inclusiva, por outro observamos também os que acreditam e que defendem as estruturas necessárias para a garantia e efetividade da educação inclusiva.

Nas questões direcionadas a educação inclusiva o que podemos constatar, em sua maioria, é que as professores não fizeram nenhum curso relacionado à inclusão escolar de estudantes com necessidades especiais, o que dificulta o seu entendimento sobre o assunto. E enquanto estive na escola pude perceber o pouco interesse das professoras ao falar sobre o tema, uma vez que a falta de tempo é a principal desculpa.

Aqui destacamos a importância da formação continuada para que o professor amplie suas possibilidades de compreensão sobre os saberes e fazeres pedagógicos. Para se manterem atualizadas sobre a educação inclusiva, as professoras revelam que utilizam a internet. Porém, observamos que é na troca de experiências que as mesmas encontravam soluções para alguns obstáculos.

A dificuldade na realização das atividades é a maior para ser superadas, pois as mesmas sinalizam que pela falta de tempo, e ainda pelo pouco preparo em sua formação, também como os poucos recursos oferecidos pela escola, não conseguem elaborar exercícios considerando as diferentes demandas de aprendizagem dos estudantes.

Com relação à efetividade do processo inclusivo e se há preparo para os professores, revelam que são nas questões vivenciadas no cotidiano escolar que aprendem mais sobre o tema, pois para elas as leis pouco interferem neste processo. O entendimento das docentes também parece estar atrelado muito mais a questão das dificuldades para se fazer inclusão, ou seja, enfatizam os obstáculos e ignoram as contribuições de uma ambiência fértil criada pelas diferenças humanas numa sala de aula. Quando debatem o tema restringem-se aos vários elementos desfavoráveis e esquecem de relatar os momentos valiosos de superação.

Ao falar sobre o preparo do professor, reafirmam que estão sendo colocados na sala de aula inclusiva sem nenhum preparo. Algumas vezes o desespero dos mesmos na

realização das atividades é algo visível. E os próprios docentes afirmam que a existência de recursos precários colabora para dificultar este processo.

De fato, no meu dia-a-dia na escola, pude perceber o quanto essas adequações são necessárias. Há muita dificuldade do professor em estabelecer um processo de ensino e aprendizagem que seja benéfico para todos, observados nos métodos inadequados e na exclusão em atividades. Aqui o apoio oferecido pela sala de recursos é visto como uma “salvação” para muitos. Até mesmo as professoras que possuem alguma aproximação ao campo da educação inclusiva revelam dificuldades para promover a inclusão.

No que se referem às atividades pedagógicas, as docentes não priorizam modificações em seus métodos de ensino, objetivando facilitar a aprendizagem dos estudantes com necessidades especiais, devido à falta de recursos. Conseqüentemente, a realização de tais atividades é transferida para a sala de recursos, pois afirmam que somente com as professoras especializadas apresentarão progressos.

As salas de recursos oferecem um suporte didático-pedagógico ao desenvolvimento dos estudantes com necessidades especiais, porém ela não é uma classe especial, o que significa que seu trabalho é complementar ao da sala regular e não substitutivo! O que observamos é que as professoras quando desenvolvem uma atividade onde supõem que os estudantes não consigam realizá-la, encaminham os mesmos para tais ambientes sem ao menos oportunizá-los uma tentativa.

Quanto ao preconceito com os estudantes com necessidades especiais, no início do ano letivo é visível. A primeira reação é a de curiosidade, fixam seus olhares na deficiência ou na marca que diferencia o sujeito. Atitude compreensível, uma vez que a novidade causa estranhamento até a adaptação. Porém, com o tempo podemos verificar que esta ação inicial permanece, caracterizando a existência dos estereótipos. Os estudantes, em sua grande maioria, pouco/nada compreendem sobre as necessidades especiais dos seus colegas e afirmam, de maneira geral, que não participam de trabalhos em grupo com estes sujeitos devido as suas “incapacidades”. Ora, se pouco sabem sobre os mesmos, como afirmar que não são capazes de realizar determinadas tarefas? Tal atitude revela a existência de pensamentos estereotipados e preconceitos constituídos pela sociedade sobre a pessoa com necessidades especiais.

Com o tempo começam a se enturmar, mas a separação ainda persiste, às vezes até pelos próprios estudantes com necessidades especiais, que tem receio de serem

discriminados. E quanto aos docentes, não presenciei situações de discriminação reveladas, mas pude verificar a elaboração de atividades diferenciadas aos estudantes com necessidades especiais, ou ainda os incentivam a não participar de determinadas tarefas que julgam que não são capazes, demonstrando a existência do preconceito. No relato das professoras nenhuma chegou a mencionar tais fatos.

As docentes afirmam a utilização de materiais concretos, mas poucas vezes presenciei o uso de tais instrumentos, não sendo uma prática constante. O que é lamentável!

Esta escola nos oportunizava participar de reuniões com a coordenadora pedagógica, uma vez por semana, que eram muito interessantes, pois avaliávamos o progresso na aprendizagem dos estudantes com necessidades especiais. Mas estas reuniões, apesar de serem abertas a todo corpo docente, em sua grande maioria, eram entre os estagiários e a coordenadora pedagógica, justamente pela falta de tempo das professoras.

A estrutura física/arquitetônica da escola, apesar de mínima perante todas as necessidades dos estudantes, oferece algumas condições como rampa e banheiros adaptados.

O espaço destinado às considerações gerais dos docentes no questionário oportunizou que as mesmas desabafassem, demonstrando o quanto se encontram despreparadas para trabalhar com a diversidade no ambiente escolar. Não são contrárias a inclusão de estudantes com necessidades especiais, porém se revelam perdidas nesta nova realidade, a qual enfatizam que estão sendo submetidas sem nenhum preparo.

Neste sentido, embora o preconceito em relação aos estudantes com necessidades especiais exista, e não possa ser negado, as condições objetivas do processo de inclusão escolar não são favoráveis a ressignificação dos mesmos. Pelo contrário, reforçam os estereótipos sobre a pessoa com deficiência, na medida em que não oferecem as condições necessárias para a potencialização humana e pedagógica destes sujeitos, o que permitiria, pela experiência, o ressignificar dos pré-conceitos constituídos sobre a deficiência e sobre as pessoas que as possuem.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS:

### **A educação para a superação do preconceito excludente**

A pluralidade humana é condição de nossa espécie e o convívio com a mesma, sem discriminações, deve considerar a complexa trama do convívio social que envolve a existências de estereótipos, preconceitos, tabus e discriminações. Para tanto, existem dispositivos legais que estabelecem que todos são iguais perante a lei, o que nem sempre é respeitado.

As escolas são importantes agentes neste processo de transformação/ressignificação, por serem promotoras/formadoras de reflexões e atitudes. Com uma educação emancipadora, humana e solidária poderemos pensar em uma sociedade mais justa e consciente. Com isto, a arte do ensinar pressupõe que os professores devem estar preparados para conviver com a diversidade e saber lidar com ela.

A pesquisa aqui trazida contribui para a reflexão sobre a educação que se opõe contra todo tipo de atitude discriminatória dentro do ambiente escolar, sobretudo com aqueles que foram excluídos por tanto tempo do convívio das escolas regulares, e que hoje ainda trazem consigo as marcas do preconceito.

E ao caracterizar a escola contemporânea dentro da realidade da educação inclusiva, encontramos diversos impasses que dificultam o caminho para as efetivas transformações no cotidiano escolar. A escola pesquisada encontra-se sem os recursos didático-pedagógicos necessários para o atendimento das necessidades especiais dos estudantes, como também os professores não vivenciaram experiências emancipadoras em suas formações, levando a afirmação de que não se sentem preparados.

Para que realmente haja a inclusão, não basta que estudantes com necessidades especiais sejam matriculados nas escolares regulares. É necessário que a escola, em suas relações de tempo espaço, saberes e fazeres pedagógicos e educacionais, e os profissionais que ali trabalham atendam todas as demandas pedagógicas destes estudantes.

Para as docentes desta instituição, devido às impossibilidades citadas acima, a inclusão ainda não é uma realidade. Os obstáculos apresentados para a efetivação da educação inclusiva levam a descrença de que a escola respeite as diferenças. Lamentavelmente, a conformidade também faz parte deste contexto. Alguns professores aceitam as impossibilidades e não se esforçam para reverter este quadro.

É no cotidiano escolar, com práticas educativas que possibilitem o exercício do respeito às diferenças, que o indivíduo poderá superar as discriminações. Crochík (1995, p.210-211) assim afirma:

O contato entre aqueles que têm dificuldades de aprendizado com aqueles que não te deve ser facilitado através da formação de classes heterogêneas, uma vez que o estabelecimento de critérios para se discriminar os alunos quanto a sua competência escolar acirra própria competição, colocando em segundo plano o próprio saber, enquanto aquilo que visamos é justamente o contrario, ou seja, a solidariedade entre os alunos, que já é um prenuncio de uma consciência que se volte não só para os interesses individuais.

Assim a concepção de educação inclusiva poderá ser afirmada quando a compreensão do processo de ensino e aprendizagem oportunizar não só as pessoas com necessidades especiais, mais aos estudantes em geral, as condições necessárias para a escolarização. Incluir significa reconhecer as diferenças como características humanas e propor uma pedagogia que tenha centralidade nesta dimensão!

E apesar de ser um assunto bastante discutido na contemporaneidade, o preconceito existe. Reconhecê-lo é o primeiro passo para superá-lo. Por isso acreditamos que somente com muita informação e reflexões/debates sobre o tema estaremos resistindo a sua instalação, uma vez que não estamos imunes a sua manifestação.

**REFERÊNCIAS:**

AMARAL, Daniela Patti do. Paradigmas da Inclusão uma introdução. In: NUNES SOBRINHO, Firmino de Paula (org.). **Inclusão educacional: pesquisa e interfaces**. Rio de Janeiro: Livre expressão, 2003. p.11-20.

AMARAL, Lígia Assumpção. **Conhecendo a deficiência em companhia de Hércules**. São Paulo: Robe , 1995.

\_\_\_\_\_. **Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas**. Org.: AQUINO, Júlio Groppa. São Paulo: Summus, 1998. p. 11-29.

\_\_\_\_\_. **Espelho convexo: o corpo desviante no imaginário coletivo, pela voz da literatura infanto-juvenil**. Tese de Doutorado, IP-USP, 1992. p. 60-75.

BARBOSA, Aduari Antunes. “Pesquisa comprova discriminação nas escolas” **Jornal O Globo**, 07 de maio de 2010. Seção Educação. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/educacao/mat/2010/05/07/pesquisa-comprova-discriminacao-nas-escolas-916525544.asp>> Acesso em: 18 maio 2011.

BUENO, José Geraldo Silveira. A Inclusão de alunos Deficientes nas Classes comuns do Ensino regular. **Revista temas sobre desenvolvimento**. São Paulo, v.9, n.54, p.21-27. Janeiro/Fevereiro, 2001.

\_\_\_\_\_. A educação inclusiva e as novas exigências para a formação de professores: algumas considerações. In: BICUDO, M. A.; SILVA, J. C. A. (orgs). **Formação do educador e a avaliação educacional: formação inicial e contínua**. São Paulo: UNESP,1999. p.149-164.

BULLYING. In: Wikipédia- a enciclopédia livre. [online]. Disponível em:<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Bullying>> Acesso em: 30 maio 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. UNESCO 1994. **Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**, 1994.

BRASIL. Lei nº. 7.716 de 5 de Janeiro de 1989. **Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor**. Brasília, DF.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, Secretaria de Educação Especial, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008.

COSTA, Valdelúcia Alves da (2007). **Os processos de Inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais: Políticas e sistemas**. Rio de Janeiro: UNIRIO/CEAD, 2007.

CROCHIK, José Leon. **Preconceito, Indivíduo e Cultura**. São Paulo: Robe, 1995.

ETNOCENTRISMO. In: Wikipédia- a enciclopédia livre. [online]. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Etnocentrismo> Acesso em: 29 abr. 2011.

FLOGI, Bianca Fátima C. dos Santos, FILHO, Lucindo F. da Silva. e OLIVEIRA, Margareth Maria N. dos Santos. Inclusão na Educação: Uma reflexão crítica da prática. In: SANTOS, Mônica Pereira e PAULINO, Marcos Moreira (orgs). **Inclusão em educação: Culturas, políticas e práticas**. 2ª.ed. São Paulo: Cortez, 2008. p.143-164.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. Tese de concurso público. Recife: Universidade de Recife, 1959.

\_\_\_\_\_. **Professora sim. Tia não. Cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho da Água, 1993.

\_\_\_\_\_. **A Educação na Cidade**. 5ª.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed.. São Paulo: Atlas, 2008.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo V. Educação Especial no Contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, Rosana.(org) **Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano escolar**. 1ª.ed. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007. p.15-35. Coleção Questões atuais em educação especial.

MANTOAN, Maria Teresa. E. **O verde não é o azul listrado de amarelo: considerações sobre o uso da tecnologia na educação/reabilitação de pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: INES, Janeiro/Junho 2000. p. 55-60. Disponível em:< [www.bancodeescola.com/verde.htm](http://www.bancodeescola.com/verde.htm) > Acesso em: 1 de maio 2011.

\_\_\_\_\_. **Todas as crianças são bem vindas à escola**. [online] Campinas: UNICAMP, 2000. Disponível em: <http://www.pro-inclusao.org.br/textos.html#todas> Acesso em: 18 de maio de 2011

MENDES, Eunicéia Gonçalves. Perspectivas para a Construção da escola Inclusiva no Brasil. In: PALHARES, Marina Silveira e MARINS, Simone Cristina Fanhani (orgs). **Escola inclusiva**. 1ª.ed. São Paulo: Edufscar, 2002. p.61-83.

MÍDIA E PRECONCEITO. **Jornal do Brasil** [online]. Minas gerais - Pirapora, 2007. Disponível em: [www.brasilwiki.com.br/noticia.php?id\\_noticia=976](http://www.brasilwiki.com.br/noticia.php?id_noticia=976). Acesso em: 6 de maio de 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 20.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p.21-22.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembléia das Nações Unidas, 1948.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 2.542/75. **Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência**. Assembléia geral das nações unidas.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3ª.ed. São Paulo: Ática, 2008.

SALGADO, Simone da Silva. Inclusão e Processos de formação. In: SANTOS, Mônica Pereira e PAULINO, Marcos Moreira (orgs). **Inclusão em educação: Culturas, políticas e práticas**. 2ª.ed. São Paulo: Cortez, 2008. p.59-67.

SALVIA, J. & YSSELDYKE, J. E. **Avaliação em Educação Especial e Corretiva**. São Paulo: Manole, 1991.

SERRA, Dayse. Inclusão e ambiente escolar. In: SANTOS, Mônica Pereira e PAULINO, Marcos Moreira (orgs). **Inclusão em educação: Culturas, políticas e práticas**. São Paulo: Cortez, 2008. p.31-42.

## ANEXO 1- Questionário



### INSTITUTO DE EDUCAÇÃO LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

#### PESQUISA:

#### Inclusão de estudantes com necessidades especiais na escola pública regular: desafios e possibilidades

**ORIENTANDA/PESQUISADORA: THAÍS RIBEIRO DOS SANTOS**

Sr(a) professor(a):

Por gentileza, solicitamos o preenchimento deste instrumento que constitui o questionário com questões de caracterização de sujeitos e de informações sobre o processo de inclusão escolar, necessários para a execução do Trabalho Final de Curso de minha graduação (monografia), que elegeu esta escola como *lócus* de pesquisa.

(NÃO É NECESSÁRIO SE IDENTIFICAR)

**POR GENTILEZA, PREENCHA O QUESTIONÁRIO  
COM LETRA EM CAIXA ALTA**

1) Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

2) Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

3) Tempo de magistério: \_\_\_\_\_

4) Atua(ou) em qual(is) série(s) e nível(is)? \_\_\_\_\_

5) Qual a sua formação:

Ensino Médio: ( ) Formação geral

( ) Curso de Formação Profissionalizante - Qual? \_\_\_\_\_

Ensino Superior: ( ) Completo

( ) Incompleto

- Bacharelado - Qual? \_\_\_\_\_  
 Licenciatura - Qual? \_\_\_\_\_

- 6) Você realizou algum curso de extensão ou aperfeiçoamento?  
 Sim  Não

Em caso afirmativo, qual curso? \_\_\_\_\_

- 7) Você realizou algum curso de Pós-Graduação?  
 Sim  Não  
 Especialização  
 Mestrado  
 Doutorado

Em caso afirmativo, qual curso? \_\_\_\_\_

- 8) Fez algum curso relacionado à educação inclusiva? Qual(is)?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

- 9) Estudou em disciplinas (ensino médio, graduação e pós-graduação) temáticas/abordagens sobre estudantes com necessidades especiais? Comente.

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

- 10) O que você conhece/sabe sobre educação inclusiva?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

- 11) O que você pensa sobre a inclusão de estudantes com necessidades especiais nas classes regulares de ensino? Você se sente preparado(a) para atuar em classes inclusivas? Comente.

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

12) Você acredita que os estudantes com necessidades especiais podem se escolarizar juntos com os que não possuem essas necessidades?

---

---

---

13) O que você faz para se manter atualizado em relação às temáticas relacionadas à educação inclusiva?

---

---

---

14) Você observa a manifestação de preconceito em relação aos estudantes com necessidades especiais? Comente.

---

---

---

15) Quando manifestado na sala de aula, que estratégias você desenvolve para a superação do preconceito em relação aos estudantes com necessidades especiais?

---

---

---

16) O que você costuma utilizar, em termos de recursos didático-pedagógicos, para suas aulas contemplarem a diversidade dos estudantes?

---

---

---

17) Existe apoio por parte da equipe pedagógica de sua escola para atuar na classe com estudantes com necessidades especiais incluídos? Se sim, quais tipos?



---

---

---

18) Qual a sua percepção sobre esta escola em relação ao atendimento das necessidades especiais dos estudantes incluídos? Existe acessibilidade física/arquitetônica, curricular, didático-pedagógica, entre outras?

---

---

---

Este espaço é para esclarecimentos que você considere importantes e que não foram contemplados nas questões deste questionário. Fique a vontade para escrever o que considerar necessário.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**Obrigado por sua colaboração!**

## **ANEXO 2- Declaração dos direitos das pessoas deficientes.**

### **DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES**

Resolução aprovada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em 09/12/75

A Assembléia Geral

**Consciente** da promessa feita pelos Estados Membros na Carta das Nações Unidas no sentido de desenvolver ação conjunta e separada, em cooperação com a Organização, para promover padrões mais altos de vida, pleno emprego e condições de desenvolvimento e progresso econômico e social,

**Reafirmando**, sua fé nos direitos humanos, nas liberdades fundamentais e nos princípios de paz, de dignidade e valor da pessoa humana e de justiça social proclamada na carta,

**Recordando** os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, dos Acordos Internacionais dos Direitos Humanos, da Declaração dos Direitos da Criança e da Declaração dos Direitos das Pessoas Mentalmente Retardadas, bem como os padrões já estabelecidos para o progresso social nas constituições, convenções, recomendações e resoluções da Organização Internacional do Trabalho, da Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas, do Fundo da Criança das Nações Unidas e outras organizações afins.

**Lembrando** também a resolução 1921 (LVIII) de 6 de maio de 1975, do Conselho Econômico e Social, sobre prevenção da deficiência e reabilitação de pessoas deficientes,

**Enfatizando** que a Declaração sobre o Desenvolvimento e Progresso Social proclamou a necessidade de proteger os direitos e assegurar o bem-estar e reabilitação daqueles que estão em desvantagem física ou mental,

**Tendo** em vista a necessidade de prevenir deficiências físicas e mentais e de prestar assistência às pessoas deficientes para que elas possam desenvolver suas habilidades

nos mais variados campos de atividades e para promover portanto quanto possível, sua integração na vida normal,

**Consciente** de que determinados países, em seus atual estágio de desenvolvimento, podem, desenvolver apenas limitados esforços para este fim.

**PROCLAMA** esta Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes e apela à ação nacional e internacional para assegurar que ela seja utilizada como base comum de referência para a proteção destes direitos:

1 - O termo "pessoas deficientes" refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais.

2 - As pessoas deficientes gozarão de todos os direitos estabelecidos a seguir nesta Declaração. Estes direitos serão garantidos a todas as pessoas deficientes sem nenhuma exceção e sem qualquer distinção ou discriminação com base em raça, cor, sexo, língua, religião, opiniões políticas ou outras, origem social ou nacional, estado de saúde, nascimento ou qualquer outra situação que diga respeito ao próprio deficiente ou a sua família.

3 - As pessoas deficientes têm o direito inerente de respeito por sua dignidade humana. As pessoas deficientes, qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade, o que implica, antes de tudo, o direito de desfrutar de uma vida decente, tão normal e plena quanto possível.

4 - As pessoas deficientes têm os mesmos direitos civis e políticos que outros seres humanos: o parágrafo 7 da Declaração dos Direitos das Pessoas Mentalmente Retardadas (\*) aplica-se a qualquer possível limitação ou supressão destes direitos para as pessoas mentalmente deficientes.

(\*)O parágrafo 7 da Declaração dos Direitos das Pessoas Mentalmente Retardadas estabelece: "Sempre que pessoas mentalmente retardadas forem incapazes devido à gravidade de sua deficiência de exercer todos os seus direitos de um modo significativo

ou que se torne necessário restringir ou denegar alguns ou todos estes direitos, o procedimento usado para tal restrição ou denegação de direitos deve conter salvaguardas legais adequadas contra qualquer forma de abuso. Este procedimento deve ser baseado em uma avaliação da capacidade social da pessoa mentalmente retardada, por parte de especialistas e deve ser submetido à revisão periódicas e ao direito de apelo a autoridades superiores".

5 - As pessoas deficientes têm direito a medidas que visem capacitá-las a tornarem-se tão autoconfiantes quanto possível.

6 - As pessoas deficientes têm direito a tratamento médico, psicológico e funcional, incluindo-se aí aparelhos protéticos e ortóticos, à reabilitação médica e social, educação, treinamento vocacional e reabilitação, assistência, aconselhamento, serviços de colocação e outros serviços que lhes possibilitem o máximo desenvolvimento de sua capacidade e habilidades e que acelerem o processo de sua integração social.

7 - As pessoas deficientes têm direito à segurança econômica e social e a um nível de vida decente e, de acordo com suas capacidades, a obter e manter um emprego ou desenvolver atividades úteis, produtivas e remuneradas e a participar dos sindicatos.

8 - As pessoas deficientes têm direito de ter suas necessidades especiais levadas em consideração em todos os estágios de planejamento econômico e social.

9 - As pessoas deficientes têm direito de viver com suas famílias ou com pais adotivos e de participar de todas as atividades sociais, criativas e recreativas. Nenhuma pessoa deficiente será submetida, em sua residência, a tratamento diferencial, além daquele requerido por sua condição ou necessidade de recuperação. Se a permanência de uma pessoa deficiente em um estabelecimento especializado for indispensável, o ambiente e as condições de vida nesse lugar devem ser, tanto quanto possível, próximos da vida normal de pessoas de sua idade.

10 - As pessoas deficientes deverão ser protegidas contra toda exploração, todos os regulamentos e tratamentos de natureza discriminatória, abusiva ou degradante.

11 - As pessoas deficientes deverão poder valer-se de assistência legal qualificada quando tal assistência for indispensável para a proteção de suas pessoas e propriedades.

Se forem instituídas medidas judiciais contra elas, o procedimento legal aplicado deverá levar em consideração sua condição física e mental.

12 - As organizações de pessoas deficientes poderão ser consultadas com proveito em todos os assuntos referentes aos direitos de pessoas deficientes.

13 - As pessoas deficientes, suas famílias e comunidades deverão ser plenamente informadas por todos os meios apropriados, sobre os direitos contidos nesta Declaração.

Resolução adotada pela Assembleia Geral da Nações Unidas 9 de dezembro de 1975

Comitê Social Humanitário e Cultural

Sexta-feira, 7 de maio de 2010

O GLOBO

O PAÍS • 19

# Pesquisa comprova discriminação nas escolas

## Mais de 96% de envolvidos com setor têm algum preconceito contra pessoas com necessidades especiais

**Adauri Antunes Barbosa**

• SÃO PAULO. Em geral, 99,3% das pessoas envolvidas nas escolas brasileiras — alunos, professores, diretores, profissionais da educação e pais — têm alguma atitude preconceituosa. O tipo de preconceito mais comum nas escolas é contra as pessoas com necessidades especiais, admitido por 96,5% dos 18,6 mil entrevistados em pesquisa feita em 2009 pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

As outras seis atitudes preconceituosas admitidas na pesquisa são comuns também em

outros países, como reconhece a ONG Campanha Latino-americana pelo Direito à Educação, que promove esta semana, em São Paulo, debate sobre discriminação na educação. Segundo a ONG, na América Latina e Caribe, sua área de atuação, apenas de 20% a 30% das crianças com deficiência frequentam a escola.

O relator da Organização das Nações Unidas (ONU) pelo Direito à Educação, Vernor Muñoz, disse que a discriminação na escola é reflexo da realidade social, que rechaça a diversidade, e consequência da falta de políticas contra as desigualdades.

Ontem, ao participar de debate com representantes de ONGs que defendem o direito à educação para portadores de deficiências, afrodescendentes e nas prisões, Vernor Muñoz disse que a discriminação é um dos mais graves obstáculos à realização plena do direito à educação. O preconceito contra pessoas portadoras de necessidades especiais, o mais comum nas escolas brasileiras, para ele é resultado de “uma educação utilitarista”.

— A educação se caracterizou por responder a uma necessidade de produção. Essa edu-

cação utilitarista quer produzir um, digamos, conhecimento útil para a sociedade. Ou seja, a educação prepara as pessoas para as relações de mercado.

A professora Cláudia Werneck chamou atenção também para o custo da discriminação:

— A resposta objetiva para a questão de quanto custa a discriminação está nesses orçamentos. A gente diz “É muito caro!” quando recebe um orçamento que contempla a linguagem de libras ou braille.

Esse “muito caro” significa de 20% a 30% a mais. Esse é o preço da discriminação.

Para a especialista Analu Silva Souza, a discriminação da população afrodescendente é evidente diante dos dados estatísticos disponíveis.

— A população negra ocupa poucos espaços. Temos inúmeras leis que tratam do tema. Agora, é preciso lutar para que sejam levadas à prática — disse Analu, lembrando que, pela Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad), nas pessoas com 25 anos ou mais que concluíram o ensino superior no Brasil há cinco vezes mais brancos que pretos e pardos.

A professora Mariângela

Graciano, que tratou do direito à educação nas prisões, citou números oficiais que dão conta da existência de 469 mil pessoas encarceradas no país. Desse total, 56,6% são negros, 67% não concluíram o ensino fundamental, e apenas 10% estão estudando.

— Há uma grande confusão sobre o que é educação na prática. Qualquer curso, até palestras, é considerado educação. Qualquer atividade que ocupa as mãos se transforma em educação. As atividades educacionais devem se adaptar ao modelo — relatou Mariângela. ■